

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 013

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE MARÇO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/PSC - 06: Chico Noroeste - Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 010ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
13 DE MARÇO DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kiesel, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 004/2000

Curitiba, em 29.02.2000.

Senhor Presidente.

Na conformidade do disposto no art. 116, da Constituição Estadual, tenho a honra de vir à presença de

Vossa Excelência, a fim de submeter à aprovação dessa augusta Assembléia Legislativa, o nome do doutor Marco Antonio Teixeira, para ocupar o cargo de Procurador-Geral de Justiça.

Devo esclarecer que o escolhido figurou na lista tríplice de nomes indicados em eleição realizada em 21 do corrente mês, pelos integrantes do Ministério Público, na forma do art. 16, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, cujo resultado está contido no anexo Ofício nº 0101, de 23 de fevereiro de 2000, da procuradoria-geral de Justiça.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) JAIME LERNER

**Ofício:**

OFÍCIO ASS. nº 006/2000

Curitiba, em 13.03.2000.

Senhor Presidente.

Ao cumprimentá-lo, venho, através deste, solicitar à Mesa Executiva desta Casa de Leis cópia do Processo de Homologação das Cotas de ICMS do ano de 99, de acordo com o artigo 75, inciso 6º da Constituição Estadual.

É dever desta Casa acompanhar *pari passu* as operações de antecipação de receitas do governo estadual, pois o Estado, não conseguindo honrar seus compromissos, lança mão de haveres futuros, sem controle e conhecimento desta Casa, o que é extremamente preocupante.

Por acreditar ser dever desta Casa acompanhar tais operações, senhor presidente, peço o deferimento do presente.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 201

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, desarquivamento, e posterior inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 683/97, de autoria do deputado Joel Coimbra, o qual denomina “campus Universitário prefeito Adriano José Valente”, o atual campus da Universidade Estadual de Maringá-UEM.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 208

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, a realização de Sessão Solene no dia 19 de abril (quarta-feira), às 17h00, alusiva ao Dia Nacional do Índio.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 209

Senhor Presidente.

O deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Carlos Alberto Raitani Condessa, Juiz do Tribunal de Alçada, ocorrido em 01 de março de 2000.

Requer ainda que do presente se dê ciência a senhora Sueli Fabris Condessa, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Professor Assis Gonçalves, 795 - apto. 33 - bairro Água Verde, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 200

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja registrado nos Anais da presente sessão um voto de congratulações e aplausos pela passagem do Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 08 de março.

Requer, ainda que do presente se dê ciência a senhora Elizabeth Maria Aguiar Maia, presidente do Conselho Estadual da Mulher, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marechal Hermes, 751, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 204

Senhor Presidente.

Os deputado, que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao senhor Juarez Berté, eleito presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Cascavel, pela sua posse que ocorrerá no dia 10 de março do corrente, no município de Cascavel.

Requerem ainda, que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado, no seguinte endereço, Rua Rio de Janeiro, 704, cidade de Cascavel, PR, fone (45)225-9777, Câmara dos Dirigentes Lojistas.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(aa) ANTONIO BARATTER

EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

A nova diretoria da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cascavel tomará posse no dia 10 de março do corrente

ano, para gestão 2000/2001, sendo o senhor Juarez Berté o presidente eleito que será empossado.

A nova diretoria é composta pelos seguintes membros:

Presidente	Juarez Berté
1º Vice	Sérgio L. Donadussi
2º Vice	Sérgio Terres
Secretário	Névio Tesser
2º Secretário	Célio Jonas Hirt
Tesoureiro	Nelson Bazanese
2º Tesoureiro	Juarez N. Toledo
Relações Públicas	Leopoldo N. Furlan
Diretor Patrimônio	André Bueno
Diretor Jurídico	Augusto J. Bittencourt
2º Diretor Jurídico	Elvis Bittencourt
Diretor de Crédito	Aloisio Meulan
Diretor Cultural	Marcos Bertolli
2º Diretor Cultural	Edamar Donadussi
Diretor de Promoções	Paulo R. Moreira
2º Diretor de Promoções	Leila Furlan
Diretor de Cursos	Osvaldecy Pisapio

Desta forma, gostaríamos de parabenizar toda a diretoria e desejar-lhes sucesso nesta empreitada, solicitando, para tanto, o voto favorável dos nobres Pares, para realizar esta justa homenagem.

#### REQUERIMENTO Nº 218

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - secretário Ney Leprevost, pelo lançamento do Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná 2000, ocorrido em data de 25 de fevereiro de 2000.

Sala de Sessões, em 13.03.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Setur - Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, lançou sexta-feira última, dia 25 de fevereiro de 2000, o Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná.

O calendário, um livro de 128 páginas, vem recheado de informações importantes para o nosso Estado, não trazendo apenas as datas dos eventos já programados, mas também datas comemorativas, desde aniversários, santos padroeiros dos nossos municípios e uma completa

agenda com locais para realização de eventos e Associações de Classe do Setor Turístico.

Pela importante iniciativa, receba o secretário Ney Leprevost e toda a sua equipe da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 219

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Diretoria eleita da Unifer - União dos Aposentados e Pensionistas Ferroviários do Paraná e Santa Catarina (Avenida Marechal Floriano Peixoto, 1071 - Curitiba).

Sala de Sessões, em 13.03.2000

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Em data de 12 de fevereiro, em assembléia geral, a Unifer, ficou assim constituída:

Diretoria Executiva:

Presidente	Alceu Pinto de Lara
Vice-Presidente	Nery Carvalho
1º Secretário	Luiz Polnaski
2º Secretário	Valdevino de Jesus
1º Tesoureiro	Jorge Andraus
2º Tesoureiro	Nivaldi da Silva Santos

Câmara:

Membros	Glacyr Pasqualin Paulo Munhoz da Rocha Arlilio Osório Pereira Dorico Franco da Rocha Rubens Zanotto João de Souza Albino Pedro Ventura Netto
Conselho Fiscal	Antonio Wilson Campanholi Celso Cordeiro Pinto Luiz Carlos Chmano
Suplentes	Elcio F. de Souza Gerson Amaral da Cruz Orloff da Silva

À toda a nova diretoria eleita, com desejo de muito sucesso na gestão, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 198

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER, votos de louvor à escritora Lucy Salete Bortolini Nazaro, por seus diversos trabalhos literários, incluindo "Palmas, Uma História de Fé, Luta e Garra de um Povo", sempre visando fornecer subsídios para pesquisa e enriquecendo a Cultura Paranaense.

Sala de Sessões, em 13.03.2000

(a) BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 197

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER; seja encaminhada à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, solicitação para a implantação de rede de água, na localidade de Colônia Rio Grande, no município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 202

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de pedido de informações ao chefe da Casa Civil, Excelentíssimo senhor Pretextato Taborda Ribas, solicitando o que segue:

1 - Quantas vezes o governador do Estado do Paraná ausentou-se do País, no período compreendido entre janeiro de 1995, até a presente data?

2 - Quais foram os países de destino, suas cidades e as datas de estada do governador a essas localidades?

3 - Quais foram os objetivos de cada viagem?

4 - Quais foram os custos de cada viagem, do governador e comitivas?

5 - Além do chefe do executivo quais os demais integrantes das comitivas organizadas para essas viagens? Favor citar nome e órgãos;

6 - Quais foram os custos de cada viagem?

7 - Quem arcou com as despesas do governador e dos demais integrantes das comitivas?

8 - Quais foram os objetivos de cada viagem e quais as funções que ocuparam por ocasião das visitas o governador e cada integrante das comitivas?

Nestes termos pedem deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(aa) EDGAR BUENO, LUIZ CARLOS ZUK, WALDYR PUGLIESI, CAÍTO QUINTANA, IRINEU COLOMBO, ÂNGELO VANHONI, NEREU MOURA e ANTONIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO Nº 203

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Giovani Gionédís, secretário de Estado da Fazenda, solicitando as seguintes informações quanto às operações de antecipação de ICMS:

- qual o custo financeiro das antecipações;
- qual o prazo para devolução ou amortização do débito pelos créditos de ICMS que o Estado tem junto ao contribuinte e

- se todas as operações foram feitas mediante as mesmas condições ou se houve condições diferenciadas de contribuinte para contribuinte.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

Em face da divulgada operação de antecipação de ICMS pela imprensa, e tendo em vista as declarações do secretário Giovani Gionédís em entrevista no jornal O Estado do Paraná, de 10.03.2000, onde disse: “Tudo foi feito dentro da mais absoluta legalidade. Não se trata de operação de crédito. É uma operação entre contribuinte e Estado que está prevista no Código Tributário Nacional e não precisa passar pelo Senado e nem pelo Banco Central. E em nenhum momento compromete a capacidade de endividamento do Estado”, é que venho solicitar tais informações, visto que, em momento algum, a Secretaria da Fazenda citou, de forma clara, a legislação que assegura tal operação.

Por acreditar ser dever desta Casa acompanhar as operações realizadas pela Secretaria da Fazenda, senhor presidente, senhores deputados, peço a aprovação do presente requerimento.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 052/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública, a Associação de Defesa Ambiental Ilha Grande, com sede e foro no município de Altônia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) BERARDIN

#### PROJETO DE LEI Nº 053/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir em todo o território do Estado do Paraná, através da Secre-

taria de Estado da Criança e Assuntos da Família, o controle e receituário comercial das empresas que exercem o comércio de produtos cuja composição contenha o solvente hidrocarboneto aromático (tolueno) - “cola de sapateiro”.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família instituirá o receituário comercial, através de impresso padronizado que terá por finalidade a identificação do consumidor.

Art. 3º - A venda do produto será facultada a pessoas físicas ou jurídicas, que possuam cadastro previamente obtido na Secretaria da Criança e Assuntos da Família.

Art. 4º - Somente será vendido o produto a maiores de 18 (dezoito) anos.

Art. 5º - O Poder Executivo fica autorizado a firmar convênio com as Secretarias Municipais de Saúde, objetivando a execução da presente lei.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) ADEMIR BIER

#### JUSTIFICATIVA:

O controle sobre a comercialização da cola de sapateiro em todo o Estado do Paraná virá minimizar um dos graves problemas que ocorrem em nossa sociedade atual que são os menores de rua, pois sem o devido controle são usuários deste adesivo químico tornando-se dependentes e viciados futuramente em drogas mais pesadas como a maconha, cocaína e as pedras de crack.

Algumas de nossas cidades possuem legislação específica que regulamentam a comercialização da cola de sapateiro e possuem o controle das vendas podendo identificar os compradores, assim tornando difícil a aquisição por menores viciados.

Os efeitos da droga provocam uma enfermidade crônica e pela ingestão ou inalação de grandes quantidades provocam intoxicação aguda, primeiramente ela atua sobre o Sistema Nervoso Central - SNC, causando em-briaguez e narcose, podendo aparecer incoordenação muscular, transtornos de visão, delírios e convulsões. Sobre o sangue produzem Síndrome Anêmico Hemorrágico, que modifica a formação dos glóbulos vermelhos e conseqüente anemia, em altas doses pode provocar dilatação da pupila, anestesia profunda e a morte.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares nesta augusta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI Nº 054/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

## P A R E C E R :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar através do Departamento de Trânsito do Paraná (Detran/PR), a Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) no município de Catanduvas.

Parágrafo Único - A Ciretran de Catanduvas, terá como área de abrangência além do seu território, os municípios de Três Barras do Paraná e Ibema.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas de funcionários, necessários para a implantação e funcionamento da Ciretran, ficarão a cargo do município de Catanduvas.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (Detran/PR), caberá o treinamento do funcionalismo público municipal, a ser colocada à disposição da Ciretran de Catanduvas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) NEREU MOURA

### JUSTIFICATIVA:

#### Objetivo

Tem o presente projeto de lei a finalidade de criar a Ciretran no município de Catanduvas, objetivando principalmente facilitar os trabalhos desenvolvidos atualmente, através da descentralização das funções exercidas hoje, além de encurtar distâncias, facilitando o acesso aos moradores dos municípios circunvizinhos, de Três Barras do Paraná e Ibema.

A possibilidade da parceria entre o Departamento de Trânsito do Paraná e a Prefeitura Municipal de Catanduvas, a que se refere esta proposição, trará sem dúvidas grandes facilidades a população local e cidades vizinhas, melhorando assim a qualidade de vida do povo paranaense.

Sendo assim solicito dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, que opinem favoravelmente ao assunto ora proposto.

#### Base legal e constitucional

O Código Nacional de Trânsito estabelece em seu artigo 31 a possibilidade de criação de novas Circunscrições Regionais de Trânsito em todo o País.

No Estado do Paraná, a criação das Circunscrições Regionais de Trânsito, são disciplinadas pela Lei nº 7.811/83, regulamentadas pelo Decreto 3.382/84, além da base Constitucional, fundamentada no artigo 53, inciso XI, da Carta Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 055/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## P A R E C E R :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar através do Departamento de Trânsito do Paraná (Detran/PR), a Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) no município de Capitão Leônidas Marques.

Parágrafo Único - A Ciretran de Capitão Leônidas Marques, terá como área de abrangência além do seu território, os municípios de Bela Vista da Aparecida e Santa Lúcia.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas de funcionários, necessários para a implantação e funcionamento da Ciretran, ficarão a cargo do município de Capitão Leônidas Marques.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (Detran/PR), caberá o treinamento do funcionalismo público municipal, a ser colocada a disposição da Ciretran de Capitão Leônidas Marques.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) NEREU MOURA

### JUSTIFICATIVA:

#### Objetivo

Tem o presente projeto de lei a finalidade de criar a Ciretran no município de Capitão Leônidas Marques, objetivando principalmente facilitar os trabalhos desenvolvidos atualmente, através da descentralização das funções exercidas hoje, além de encurtar distâncias, facilitando o acesso aos moradores dos municípios circunvizinhos, de Bela Vista da Aparecida e Santa Lúcia.

A possibilidade da parceria entre o Departamento de Trânsito do Paraná e a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, a que se refere esta proposição, trará sem dúvidas grandes facilidades à população local e cidades vizinhas, melhorando assim a qualidade de vida do povo paranaense.

Sendo assim solicito dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, que opinem favoravelmente ao assunto ora proposto.

#### Base legal e constitucional

O Código Nacional de Trânsito estabelece em seu artigo 31 a possibilidade de criação de novas Circunscrições Regionais de Trânsito em todo o País.

No Estado do Paraná, a criação das Circunscrições Regionais de Trânsito, são disciplinadas pela Lei nº 7.811/83, regulamentadas pelo Decreto 3.382/84, além da base Constitucional, fundamentada no artigo 53, inciso XI, da Carta Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 056/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao excelentíssimo senador Osmar Fernandes Dias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

O engenheiro agrônomo e agropecuarista Osmar Dias tem uma notória e reconhecida vida pública, com grande destaque nas áreas administrativa e parlamentar. Sua contribuição não se restringe apenas ao nosso Estado, onde exerceu funções de altíssima importância, tal como: secretário de Estado da Agricultura, no período de 1987 a 1994, destacando-se na defesa dos interesses agrícolas do Paraná. Mas também, no Senado Federal e no Congresso Nacional, onde sua participação em várias comissões, sempre foi importante e contributiva.

O senador Osmar Dias, por seus incontestáveis conhecimentos técnicos, tem vários trabalhos publicados. Outrossim, devido a esses mesmos conhecimentos, sempre integrou importantes missões comerciais no exterior. Assim como recebeu várias condecorações em reconhecimento ao seu inigualável prestígio público.

Muito mais, poderíamos citar da rica vida pública deste homem, contudo seu *Curriculum Vitae* dispensa qualquer outro qualificativo desta personalidade que em muito engrandece não só o Estado do Paraná, mas o Brasil.

#### PROJETO DE LEI Nº 057/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a definir e implantar política de procedimentos preventivos com referência a empreendimentos tecnológicos.

Art. 2º - Os empreendimentos tecnológicos deverão receber vistorias técnicas de rotina, efetuadas por profissional legalmente habilitado, no mínimo a cada 10 (dez) anos e um dia para edificação com até 30 (trinta) anos, e a cada 05 (cinco) anos para edificação acima de 30 (trinta) até 60 (sessenta) anos e anualmente para edificações concluídas há mais de 60 (sessenta) anos.

Parágrafo Único - A Vistoria Técnica de Rotina, realizada sem o emprego de instrumentos de precisão ou de equipamentos especiais deve ser registrada em relatório de Vistoria Técnica de Rotina, relatório específico, inclusive com documentação fotográfica, constando informações sobre o estado de conservação em segmentos de classificação "Bom", "Aceitável", "Semi-Crítico", e "Crítico", relacionadas à solidez e segurança estrutural e ainda às diversas partes inte-

grantes do empreendimento, bem como o nome, título número de registro no CREA-PR do profissional que realizou a vistoria e o número da ART do serviço realizado.

Art. 3º - Os proprietários dos empreendimentos deverão manter, em local visível aos usuários, informações sobre a data da realização da vistoria, suas conclusões quanto ao estado de conservação geral da obra e demais dados qualificativos do profissional constante no artigo anterior.

Parágrafo Único - O descumprimento do estabelecido no *caput* do artigo, sujeita o proprietário do empreendimento a transferência de toda a responsabilidade decorrente de um eventual sinistro, danos e prejuízos a terceiros.

Art. 4º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) BETO RICHIA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa adequar a legislação existente e os órgãos de fiscalização no âmbito do Estado do Paraná, com instrumentos legais adequados para um melhor e mais efetivo controle das obras e empreendimentos tecnológicos. Sem dúvida tal procedimento aumentará os níveis de segurança das obras e empreendimentos, bem como promoverá uma evolução nos materiais e nos procedimentos adotados na construção civil em nosso Estado.

É sabido que nos últimos tempos uma série de infortúnios tem ocorrido provocando tristeza e mortes exatamente pela ausência de uma adequada política de vigilância nos empreendimentos tecnológicos. Assim, são conhecidos os acidentes ocorridos em teleférico em Matinhos (PR), ocasionando 03 vítimas fatais; o desabamento do Edifício Atlântico em Guaratuba (PR), matando 29 pessoas; poluição no ar e na água por chumbo em Tamarana (PR); explosão na Fábrica da Sadia em Ponta Grossa (PR); ferindo gravemente 03 pessoas; desabamento do telhado em templo evangélico em São Paulo (SP), matando 25 pessoas e deixando mais de 400 feridas; desabamento do Ed. Palace 2 no Rio de Janeiro (RJ), matando 8 pessoas e desabrigando 350 famílias; desabamento do Supermercado Pão de Açúcar em São Paulo, ferindo 14 pessoas; desabamento em Salvador, matando 8 pessoas; incêndio em asilo em Barretos com 6 mortes; desabamento de laje sobre galeria pluvial em Curitiba (PR); desabamento de construção em (PR) com um ferido, desabamento de edifício em Olinda (PE) com 4 mortes e 7 feridos. E muitos outros exemplos que por si só justificam o presente projeto de lei e sua conversão em documento legal efetivo e instrumento de controle da sociedade através

do Estado e dos organismos técnicos como CREA e outros.

O projeto prevê, pois, a implantação de uma política de procedimentos, preventivos com referência a empreendimentos tecnológicos através de Vistorias Técnicas de Rotina e outras ações destinadas a garantir a segurança da população.

#### PROJETO DE LEI Nº 058/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova América da Colina, com sede no município de Nova América da Colina e foro no município de Assaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova América da Colina, entidade filantrópica e sem fins lucrativos, tem por finalidade integrar a família dos assistidos da instituição, provendo medidas de âmbito municipal que visem assegurar o ajustamento e o bem estar dos excepcionais.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 059/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado Poder Executivo a proceder definição e implantação da Política de procedimentos Preventivos com referência a Obra de Arte na Construção Civil.

Art. 2º - O Poder Executivo manterá atualizada a relação de Obras de Arte na Construção Civil existentes na esfera Estadual classificando-as, conforme a sua finalidade, em Pontes, Viadutos, Túneis, Passagens Inferiores, Pontilhões, Passagens Subterrâneas para Pedestres e Passarelas.

Parágrafo Único - A Vistoria de Rotina, realizada sem o emprego de instrumentos de precisão ou de equipamentos especiais, deve ser registrada em relatório de Vistoria Técnica de Rotina, inclusive com documentação fotográfica, constando informações sobre o estado de conservação em segmentos de classificação Bom, Aceitável, Semi-Crítico e Crítico, relacionados aos diversos componentes da Obra de Arte na Construção Civil, bem como o nome, título, número do registro no CREA-

PR do profissional que realizou a vistoria e o número da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica do serviço realizado.

Art. 4º - O relatório de Vistoria Técnica de Rotina deverá ser apreciado e aprovado por profissional legalmente habilitado, pertencente ao quadro de funcionários do Estado ao qual compete, uma vez constatada na Vistoria Técnica de Rotina de anomalia classificada como de risco, solicitar a realização de Vistoria Técnica Especial.

Art. 5º - Vistoria Técnica Especial, para os efeitos desta lei, é aquela realizada através de inspeção visual e com o emprego de instrumentos de precisão ou de equipamentos especiais, se for o caso, deve ser registrada em Laudo Técnico de Vistoria, inclusive com documentação fotográfica detalhada, constando informações sobre as características das anomalias, prováveis causas e sugestões para a realização das correções.

§ 1º - O Laudo Técnico de Vistoria deverá ser elaborado por profissional legalmente habilitado, cadastrado e autorizado pela Vigilância das Obras de Arte na Construção Civil, e deverá conter, além das informações técnicas necessárias, aquelas exigidas pelo artigo 14 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, o nome, título profissional e número de registro no CREA-PR do Profissional que realizou a vistoria e o elaborou e o número da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica do serviço realizado, definida no artigo 1º da Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977.

§ 2º - A Vistoria Técnica Especial deverá ser realizada com periodicidade máxima de sete anos, independentemente do resultado das Vistorias Técnicas de Rotina.

Art. 6º - O Laudo Técnico de Vistoria deverá ser apreciado e aprovado por profissional legalmente habilitado, pertencente ao quadro de funcionários do estado ao qual compete, uma vez constada na Vistoria Técnica Especial, a necessidade de serviços ou obras de recuperação, solicitar à autoridade competente a contratação dos projetos e, posteriormente, dos serviços e obras necessárias.

Art. 7º - O Poder Executivo deve manter, em sua hierarquia administrativa e funcional, setor competente e com poder de decisão para efetuar o Controle de Serviços e Obras de Manutenção Preventivas e Reparadoras das Obras de Arte na Construção Civil.

Parágrafo Único - Ao setor competente mencionado no *caput* do artigo incumbe o atendimento do estabelecido no artigo 2º desta lei, o gerenciamento das atividades previstas nos artigos 3º e 5º desta lei, a execução das atividades previstas nos artigos 4º e 6º desta lei e o Controle físico financeiro da implementação da Política de Procedimentos Preventivos nas Obras de Arte na Construção Civil.



Art. 8º - O Poder Executivo deverá manter em local visível à população, junto às Obras de Arte mencionadas no artigo 2º e em seu parágrafo único, placa indicativa constando a data da realização da última Vistoria Técnica de Rotina, suas conclusões quanto ao estado de conservação geral da obra, de mais dados qualificativos do profissional constantes no § 1º do artigo 5º desta lei.

Parágrafo Único - O descumprimento do estabelecido no *caput* do artigo sujeita o órgão proprietário a multa, cujo valor será regulamentado pelo Poder Executivo e revertido à Vigilância de Obras de Arte na Construção Civil.

Art. 9º - Fica criada a Vigilância das Obras de Arte na Construção Civil, com funções de fiscalizar a implantação da política de Procedimentos Preventivos em relação as Obras de Arte na Construção Civil, esclarecer a população sobre eventuais riscos em Obras de Arte na Construção Civil, identificar e diagnosticar anomalias, verificar procedimentos de correção e reparos, de projetos e de execução de serviços e obras de manutenção, além do poder de encaminhar relatório independente solicitando o embargo da obra pelo Poder Público.

§ 1º - A vigilância das Obras de Arte na Construção Civil, agente da sociedade, será integrada por representantes de Universidades, Empresas de Pesquisa Tecnológica e Projetos, especialistas de renome, Associações de Profissionais e CREA-PR, sob a coordenação do CREA-PR.

§ 2º - Os integrantes da Vigilância de Obras de Arte na Construção Civil deverão ser profissionais habilitados, no legítimo exercício da profissão, com atribuições compatíveis.

§ 3º - O mandato dos membros da Vigilância das Obras de Arte na Construção Civil será de dois anos.

Art. 10 - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de sessenta dias da sua publicação.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) BETO RICHA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa adequar a legislação existente e os órgãos de fiscalização no âmbito do Estado do Paraná, com instrumentos legais adequados para um melhor e mais efetivo controle das obras e empreendimentos tecnológicos. Sem dúvida tal procedimento aumentará os níveis de segurança das obras e empreendimentos, bem como promoverá uma evolução nos materiais e nos procedimentos adotados na construção civil em nosso Estado.

É sabido que nos últimos tempos uma série de infortúnios tem ocorrido provocando tristezas e mortes exatamente pela ausência de uma adequada política de

vigilância nos empreendimentos tecnológicos. Assim, são conhecidos os acidentes ocorridos em teleférico em Matinhos (PR), ocasionando 03 vítimas fatais; o desabamento do Edifício Atlântico em Guaratuba (PR), matando 29 pessoas; poluição no ar e na água por chumbo em Tamarana (PR); explosão na Fábrica da Sadia em Ponta Grossa (PR), ferindo gravemente 03 pessoas; desabamento do telhado em templo evangélico em Osasco (SP), matando 25 pessoas e deixando mais de 400 feridas; desabamento do Edifício Palace 2 no Rio de Janeiro (RJ), matando 8 pessoas e desabrigando 350 famílias; desabamento do Supermercado Pão de Açúcar em São Paulo, ferindo 14 pessoas; desabamento em Salvador, matando 8 pessoas; incêndio em asilo em Barretos com 6 mortes; desabamento de laje sobre galeria pluvial em Curitiba (PR); desabamento de construção em Ponta Grossa (PR) com um ferido; desabamento de edifício em Olinda (PE) com 4 mortes e 7 feridos. E muitos outros exemplos que por si só justificam o presente projeto de lei e sua conversão em documento legal efetivo e instrumento de controle da sociedade através do Estado e dos organismos técnicos como CREA e outros.

O projeto determina que o Poder Público mantenha sempre atualizada a relação de obras existentes na esfera estadual e o respectivo resultado das Vistorias de Rotina e Técnica, bem como as ações empreendidas em cada caso.

Sem dúvida tais procedimentos trarão maior controle das obras, de seu estado de conservação dando segurança a toda sociedade.

#### PROJETO DE LEI Nº 060/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Os condenados a penas privativas de liberdade, quando fixados os regimes fechado e semi-aberto, enquanto não forem removidos a Unidades do Sistema Penitenciário terão a execução das penas disciplinada conforme regulamentação a ser expedida pelo órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único - A regulamentação acima deverá se efetivar, também, em relação àqueles contra os quais se impuser medida de segurança consistente em tratamento ambulatorial, aos condenados beneficiários do regime aberto, quando concedido o *sursis*, ou substituída a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e, ainda, quando aplicada a pena de multa de forma isolada.

Art. 2º - Efetivada a remoção, os autos de execução serão remetidos ao Juízo respectivo, ao qual estiver jurisdicionado o estabelecimento penitenciário.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) BETO RICHA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa contemplar matéria que desperta interesse e manifestações discrepantes em relação ao Juízo competente para dirimir os incidentes que dizem respeito à execução da pena no âmbito do Estado do Paraná.

A Lei de Execução Penal, em seu artigo 65, assim se expressa: “A execução penal competirá ao juiz indicado na lei local de organização judiciária e, na sua ausência, ao da sentença”.

No Estado do Paraná, as Resoluções 04/85 e 13/95, procuram disciplinar tal matéria, encontrando plena aplicabilidade haja vista os benéficos efeitos. A partir, porém da Lei nº 11.374/96 a situação passou a tomar novos contornos sobretudo em função de parecer exarado pelo Ministério Público nos autos de Conflito de Jurisdição de nº 113.239-8, junto ao egrégio Tribunal de Alçada, pois conclui pela não ? da resolução 13/95. Deve-se frisar, ademais, que não há como reconhecer sustentação técnica à prevalência da Resolução 13/95 face ao disposto no artigo 22 do C.O.D.J. e à Lei Estadual nº 11.374/96, mais do que nunca, agora, ante a edição da Lei nº 12.8828, de 06 de janeiro de 2000.

O projeto de lei, pois, procura contemplar os mecanismos à delimitação de uma competência provisória em relação aos condenados recolhidos em cadeia pública, fora dos locais onde se encontram os Juízos especializados. Ademais busca-se autorizar o órgão próprio do Poder Judiciário a elaborar a necessária legislação, através dos atos normativos próprios, viabilizando os necessários procedimentos que modernizem o Judiciário, e os instrumentos mais adequados para uma efetiva descentralização no que diz respeito a tal e tão importante tema de Execução Penal.

**PROJETO DE LEI Nº 061/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social - Núcleo de Serranópolis do Iguaçu, com sede no município de Serranópolis do Iguaçu e foro no município de Medianeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) ÉLIO RUSCH

**JUSTIFICATIVA:**

O Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social - Núcleo de Serranópolis do Iguaçu, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem prestado relevantes serviços à comunidade que abrange, principalmente no tocante aos interesses assistenciais,

visando assegurar o bem estar social, físico, cultural, bem como, promover a valorização da pessoa humana.

Portanto, é meritório ser declarada de Utilidade Pública, para que possa fruir das prerrogativas decorrentes e aperfeiçoar, cada vez mais, suas atribuições sociais em benefício de um conjunto significativo de cidadãos.

Desta forma esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, à aprovação do referido projeto de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 062/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Conselheiro Mairinck, com sede e foro no mesmo município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.03.2000.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

A APAE de Conselheiro Mairinck, a exemplo de suas congêneres, vem desenvolvendo um importante trabalho junto à população de crianças e adolescentes considerados “especiais”, daquele município.

Sendo instituição sem fins lucrativos, a APAE conta com a ajuda do Poder Municipal e da população para o desenvolvimento de seus trabalhos imprescindíveis.

Pela importância da instituição, comprovada pela documentação acostada, solicitamos a aprovação do presente projeto de lei.

**SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Senhores deputados, a respeito do expediente lido pelo senhor primeiro secretário, informo a Vossas Excelências que foi constituída a Comissão Especial para ouvir o doutor Marco Antônio Teixeira, indicado pelo governador para ocupar o cargo de procurador geral de Justiça.

Tal comissão foi composta pelos senhores deputados: Luiz Accorsi, Plauto Miró Guimarães, Beraldin, Orlando Pessuti e Luiz Carlos Martins.

Informo, também, que a oitiva será realizada na próxima 4ª feira, dia 15, às 10h30min. na Sala de Reunião das Comissões.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente com a palavra deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente Nelson Justus, senhores deputados. Antes do Carnaval, acho que infelizmente para nós, paranaenses, uma dura realidade foi desvelada, uma realidade que de certa maneira setores da sociedade paranaense tinham conhecimento, mas acho que o conjunto do povo do Paraná desconhecia.

A CPI Nacional, acho que fruto do trabalho, tanto da Comissão de Investigação aqui da Assembléia, mais a Promotoria de Investigações Criminais dirigida pelo doutor procurador Dartanhan Abilhoa, e conjuntamente com o Grupo Fera pelo delegado Adalto de Oliveira e pela sua esposa, delegada Leila, acabaram reunindo condições e fato, evidências que fundamentaram a vinda da CPI Nacional para ser instalada em território paranaense. E uma realidade muito triste ficou de certa maneira até um certo ponto desvendado. A CPI Nacional veio para cá com o intuito de investigar aquilo a que ela se propõe a investigar em território nacional, o avanço do crime organizado sobretudo do narcotráfico em território brasileiro, fez este papel em alguns Estados da Nação, como no Acre, Maranhão, São Paulo, Piauí, Alagoas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, e agora, nos últimos dias antes do Carnaval, esteve em nosso Estado. Para infelicidade nossa fomos descobrir de que sobretudo o tráfico de drogas, o roubo de cargas e o roubo de carros estão com a participação de setores da polícia civil no comando dessas operações. É triste para nós descobrir isso, o saldo da vinda da CPI Nacional não nos deixa nem um pouco orgulhosos de sermos paranaenses; pelo contrário, nos deixa entristecidos porque assistimos inúmeras denúncias que recaíram em pessoas que jamais esperávamos que tivesse assumindo esse tipo de atitude.

O delegado geral de Polícia, Ricardo Noronha, acabou sendo exonerado do seu posto pelo governador Jaime Lerner e acabou tendo também a sua prisão temporária decretada pelo Juiz da Vara da Central de Inquérito do Estado do Paraná. Além disso outros membros da Polícia Civil, da alta hierarquia da Polícia Civil também foram citados e de certa maneira tiveram a sua conduta enquanto policiais comprometida pelos depoimentos que vieram à tona naqueles três dias, e também tiveram a sua prisão temporária decretada em função do não comparecimento para depor na CPI instalada aqui na Assembléia Legislativa, na véspera do Carnaval. Só isso, por si só, já revela a gravidade do momento que passa a Secretaria de Segurança Pública no Estado do Paraná.

Um grande empresário da cidade de Araucária eu não o conhecia e acho que pouca gente o conhecia, também teve a sua prisão temporária decretada, como sendo um dos sustentadores do tráfico de drogas na Região Metropolitana de Curitiba, na Capital do Estado, o senhor Hissan Hassan H., proprietário de vários imóveis na Cidade de Araucária e dono de uma companhia de helicóptero e além disso com participações em outras áreas que estão sendo investigadas pela CPI Nacional.

Afora isso, aquilo que de certa maneira, pelo menos na crônica policial já se sabia, só não estava à luz

do dia e o sentimento de impunidade grassava muito grande na nossa cidade e no nosso estado, policiais civis organizado a distribuição de entorpecentes em Curitiba e Região Metropolitana. Partes desses policiais civis foram presos, estão com a prisão temporária decretada, já teve uma série de indícios do ponto de vista das investigações anteriores à CPI e, dificilmente terão condições de escapar de um processo judicial, que responsabilize pelos crimes que foram cometidos.

O que desse fato, desse episódio todo, que acabou abalando as estruturas na área de segurança no Estado do Paraná, o mais surpreendente é a posição do secretário de segurança pública do Estado do Paraná, senhor Cândido Martins de Oliveira. Vamos enumerar: o senhor Cândido Martins de Oliveira foi vítima de um atentado no seu próprio carro. O delegado, que investigou esse atentado na época, foi o Noronha. O secretário teve o processo na Polícia Militar ligado ao episódio das jaquetas - nada foi apurado, nada foi investigado. O Cândido Martins de Oliveira teve o problema do Instituto Médico Legal, a cúpula do Instituto Médico Legal sendo incriminada por laudos completamente falsificados, onde pessoas eram declaradas mortas, mas estavam vivas. Imaginem as barbaridades que foram cometidas na gestão do senhor Francisco, à frente do Instituto Médico legal.

E o que é pior de tudo, o secretário de Segurança Pública, durante cinco anos, à frente da Secretaria de Segurança Pública vem ao povo do Estado do Paraná dizer o seguinte: “Estou estarecido. Estou completamente surpreso com o que aconteceu, com o que foi revelado para o povo do Paraná. Estou tão estarecido como qualquer paranaense”.

Vamos ser sinceros, entre nós. Algum de nós pode acreditar, que o secretário de segurança pública do Estado do Paraná não sabia como estava sendo conduzida a Polícia Civil do Estado do Paraná, ele tendo um centro de informações, dentro da própria Secretaria de Segurança?

Eu, que sou deputado, os deputados Algaci Tulio, Tiago Amorim e o Fernando Ribas Carli estivemos em Foz do Iguaçu, era mais ou menos final de novembro, e em Cascavel. As informações que recebemos de Foz do Iguaçu e de Cascavel da situação da Polícia Civil eram as mais terríveis. E o pior de tudo, a Câmara de Vereadores, a OAB, a Associação Comercial, o Lions Clube, o rotary Clube, os procuradores federais, a Polícia Federal de Foz do Iguaçu fez um relatório deste tamanho, é um livro, deputado Alborghetti, e entregou esse relatório para o secretário Cândido Martins de Oliveira sobre a Polícia Civil na região de fronteira.

Lá, nesse relatório, já consta tudo a respeito da Polícia Civil de Foz do Iguaçu. Tanto o é assim que o relato dado para mim, para o deputado Algaci e outros foi o seguinte: “Olha, nós tivemos que dar um ultimato no secretário, ou ele retirava a Polícia Civil de Foz do Iguaçu ou iríamos fazer passeata na rua exigindo que o governo do Estado do Paraná retirasse toda a Polícia

Civil de Foz do Iguaçu e região. Vejam a que nível chegou, isso há 2 anos atrás.

O que o secretário fez? Retirou o delegado e colocou outro delegado, mas tudo continua acontecendo do mesmo jeito, com exceção de algumas coisas, porque nenhum policial foi removido. E as denúncias dos procuradores, a própria Polícia Federal, era que todos os distritos da região de fronteira, de Foz do Iguaçu, participavam de atividades criminosas.

Então o secretário vem e diz o seguinte para a opinião pública: - Eu não recebi nenhum documento por escrito. Ora eu sou secretário da segurança, se o deputado Litro, que é deputado, vier e disser para mim, que sou secretário: - secretário, tem um delegado tal, da Polícia Civil lá em tal cidade, que está cometendo barbaridades, está achacando, participando de tráfico de drogas, está participando de desmanche de carros, envolvido com coisas do arco da velha. Qual seria a minha atitude, deputado Litro, mesmo sem ter nenhum documento? Qual seria a minha atitude, como secretário de segurança? Seria zelar pela segurança pública em nome dos cidadãos, ir lá, investigar e punir os culpados, é verdade ou não é? Seria essa a minha postura.

O secretário Cândido Martins de Oliveira não teve apenas denúncias formalizadas oralmente, ele teve fitas gravadas, entregues a ele, com a participação de policiais em atos ilícitos, teve um relatório "dessa grossura" também entregue ao secretário.

Então não é verdade, e aí eu começo a ficar preocupado quando o secretário vem e mente descaradamente na CPI, e depois mente para a opinião pública do Estado do Paraná.

Porque está mentindo, disse que nunca soube de nada irregular, como é que pode?

O secretário que tem que ter as informações, não saber que tem tanta irregularidade na Polícia?

Vou apresentar aos senhores deputados, o número de policiais civis e de policiais militares também, envolvidos em alguma atitude ilegal e ilícita, nestes últimos anos, no Estado do Paraná, números, e não são investigadores de polícia, são delegados, responsáveis pela Segurança Pública de uma região inteira. São delegados de 1ª classe. E o secretário vem! Que não sabia de nada!

Gostaria que o líder do Governo, que a gente abrisse uma discussão das lideranças porque se os deputados federais quisessem fazer cinco perguntas, pelas informações que receberam, com o secretário Cândido Martins de Oliveira, cinco não precisava, três perguntas para o secretário Cândido Martins de Oliveira, fariam com que o Candinho saísse dali exonerado pelo governador Jaime Lerner, e talvez indiciado pela CPI do Narcotráfico, 3 perguntas só! Infelizmente houve um acordo e isso foi revelado, houve um acordo entre setores do governo do Estado, os secretários de Estado, o chefe da Casa Civil, Cid Campelo, Pretextato Taborda, Giovani Gionédís e os membros da CPI Nacional, para não fazerem nenhuma

pergunta ao secretário Cândido Martins de Oliveira. Os dois únicos que perguntaram foram o Romeu Tuma, que perguntou algo que não tem nada a ver com o crime organizado, perguntou acerca do atentado, e o Padre Roque que não soube entabular direito as perguntas.

Se o secretário da Segurança diz que desconhecia os fatos arrolados, que não tinha conhecimento de nada do que foi revelado pela CPI Nacional eu quero fazer, eu, três perguntas para o secretário, deputado Justus, apenas três. Mas quero fazer com que a Assembléia constituindo a CPI do Narcotráfico, aqui na Assembléia Legislativa. E aí, a primeira pessoa que temos que convocar é o secretário Cândido Martins de Oliveira. Sabem por quê? Porque me parece que o secretário, no mínimo, está comprometido com a omissão, com o que acontece na Secretaria de Segurança Pública. E quando eu falo de Secretaria de Segurança Pública, estou falando conjunto da área de segurança no Estado do Paraná. Se existem documentos, se existem provas da omissão do secretário, ele não pode vir mentir mais uma vez para o povo do Paraná.

O primeiro homem a ser convocado a vir aqui é o secretário de Segurança Pública. E esta sessão tem que ser pública. O secretário não pode vir aqui como aconteceu lá na CPI Nacional, onde fizeram um acordo e não lhe perguntaram nada. Perguntaram aos policiais civis que fizeram erros na sua vida, aqueles que ganham setecentos reais. Foram tratados como depoentes, como testemunhas. O secretário de Segurança Pública se for convocado terá que ter o mesmo comportamento. Ele não é convidado. Se trata da vida das pessoas e da segurança pública do Paraná que está em jogo. Não é um problema político partidário. E o governador terá que saber quem são os seus auxiliares.

Então a CPI instalada, queremos fazer apenas três perguntas e debater as três respostas que ele vai dar às perguntas. Somente isso. Ele sabe o que iremos perguntar.

Concedo um aparte ao deputado Nereu Moura.

### **O Sr. Nereu Moura**

Vossa Excelência trouxe novamente este assunto à Assembléia, porque não poderíamos tratá-lo de outra forma, a não ser fazer o questionamento sério como Vossa Excelência desenvolve nesta tribuna.

O Paraná está atônito. A população do Paraná hoje se pergunta e se questiona em relação ao governo Jaime Lerner. Se não bastasse o problema do pedágio, o problema da Copel envolvida no trambique com a Sercomtel, o problema de cinco anos sem dar aumento aos funcionários públicos, atrasando 1/3 das férias dos servidores; se não bastasse as obras do interior estarem todas paralisadas, os convênios não sendo cumpridos, agora se alguém me perguntasse se o governo do Paraná tem algum envolvimento com o crime organizado, jamais acreditaria. Fiquei, também como paranaense, perplexo com o teor das informações prestadas à CPI.

Quem é o doutor Ricardo Noronha que está foragido e com a sua prisão preventiva decretada? delegado geral da Polícia Civil, exercendo um cargo de confiança do governador Jaime Lerner. Fico a me perguntar: ou o secretário de Segurança Pública é incompetente, ou é mentiroso, ou conivente com a relação de crimes que ocorre no Paraná, no momento que ele vem à imprensa dizer que nada sabia. Um secretário que dispõe de polícia de informação, que tem conjunto de ferramentas para saber dos acontecimentos do Paraná, que consegue saber com antecipação quando irá ter ocupação de terras, quando irá ter movimento dos trabalhadores, que tenta impedir que trabalhadores saiam do interior e venham para Curitiba, colocando barreiras nas rodovias do Paraná, não pode, descaradamente, negar a existência do crime no Paraná.

Esse mesmo secretário que destituiu o delegado Adalton de Oliveira quando fez aqueles denúncias com relação ao envolvimento da Polícia Civil no narcotráfico, esse mesmo secretário que esta semana destituiu o major do Grupo Águia. O que fez o major Neves do Grupo Águia? Denunciou o envolvimento de policiais com o crime. Qual foi o castigo, qual foi a atitude que o secretário tomou? Demitiu o delegado Adalton de Oliveira, como demitiu o Major Neves, do Grupo Águia.

É lógico que se o governador Jaime Lerner quiser limpar o seu governo, tem que demitir o secretário de Segurança Pública, Cândido Manoel Martins de Oliveira, que demonstrou que não é pessoa merecedora de confiança, não tem na verdade, as condições necessárias para estar num cargo da importância do secretário de Segurança Pública.

Por isso, Vossa Excelência traz esse assunto, aborda, e a Assembléia não pode se fazer omissa, não pode! Temos que fazer a Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI, para apurar tudo aquilo que foi denunciado, para mostrar à população do Paraná que aqui na Assembléia tem deputados sérios, que querem os assuntos transparentes para poder punir os culpados, para enfim mostrar à população o que de fato ocorre, nos porões do Poder, neste Estado.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Na sequência darei o aparte ao líder do Governo, deputado Valdir Rossoni.

Veja bem, para ser secretário de Segurança não precisa o sujeito entender de arma, não precisa apertar gatilho, não precisa nada disso. Para ser secretário de Segurança, precisa ter uma informação, a respeito de como está o crime no Estado do Paraná e como se desenvolve as ações das corporações militar e civil, para combater o crime.

É preciso saber disso só. Não precisa mais nada.

Digo o seguinte: qualquer Delegacia de Polícia, aliás, qualquer promotor público, de qualquer comarca do Estado do Paraná pode vir aqui e dizer como é que está a realidade de uma comarca. Dizer isso para o secretário de

segurança pública, dizer como e quem são as pessoas que estão cometendo crimes e, que por esta e outras razões não são punidas.

Escuta! Se tem 400 promotores que sabem como está a realidade do crime no Estado do Paraná, se tem o conjunto da Polícia Militar que sabe, se tem todos os deputados e radialistas que sabem como está a criminalidade no Estado do Paraná, qual é a pergunta que a gente faz? Somente o secretário de Segurança, o único, aquele que tinha prerrogativa, o dever de saber, não sabia? Tem algo errado com isso! Tem algo muito errado com isso! Profundamente errado com isso!

Não me convenceu a participação do Cândido Martins de Oliveira, tanto quanto fiquei decepcionado com aquilo que a CPI Nacional fez no final dos seus trabalhos, com relação ao secretário de Segurança Pública. Não dá para admitirmos isso. O povo do Paraná não admite isso. Não admite!

O Boris Casoy um dia depois, quando foi falado a respeito da participação, da convocação do secretário de Segurança Pública, ele que está lá em São Paulo, que ouviu as notícias, que sabe por ouvir dizer, disse o seguinte: “Peço ao povo do Paraná e à Assembléia Legislativa, que investiguem esse homem a fundo”.

É impossível o secretário de Segurança Pública não saber o que estava acontecendo no Estado do Paraná, conduzindo a secretaria durante cinco anos. Não é o secretário que chegou ontem, é o secretário que conhece com profundidade os problemas, que todos nós aqui sabemos.

Porque sou deputado há 4 anos, 5 anos com o meu segundo mandato. A grande maioria dos senhores, sabemos que o secretário de Segurança, desde o primeiro momento, quando foi ungido a secretário de Segurança, quis colocar Ricardo Noronha como chefe da Polícia Civil no Estado do Paraná. Aliás, quando foi empossado o Nilton Rocha, como delegado geral, na posse, na frente do deputado Anibal Khury, o secretário de Segurança disse: “Estou empossando o delegado geral Nilton Rocha por indicação do presidente da Assembléia, deputado Anibal Khury”. A indicação dele era o Ricardo Noronha.

Todo mundo sabe disso, na Polícia Civil. Todo mundo sabe disso nos meios políticos e todo mundo da imprensa também sabe disso então vamos continuar fazendo a mímica do dever, vamos continuar - de certa maneira, encobrindo coisas que estão acontecendo e que não podem acontecer num Estado como o nosso. Um Estado forte do ponto de vista econômico, um Estado que tem tudo para criar relações sociais, as mais saudáveis, entre as pessoas. Vamos permitir que uma instituição como a Polícia Civil se arrebeunte como está se arrebeutando? O problema não é da CPI, não é da Assembléia Legislativa não é da sociedade! O problema é que tem algumas ações que estão sendo cometidas no interior do aparato de Segurança Pública que estão destruindo a confiança do cidadão comum no Estado, que tem como

obrigação garantir a sua segurança. Tem como dever garantir a sua segurança.

O secretário mentiu e vamos revelar a mentira. Vamos revelar a mentira! O secretário frequenta a casa de pessoas e tem pessoas que querem vir depor prá dizer quem o secretário frequenta e quem o secretário conhece. E vamos trazer aqui para a CPI, estas pessoas. Por isso, senhor presidente e senhores deputados, se quisermos aprofundar as investigações, e é preciso aprofundar as investigações, porque apenas um pedaço foi revelado, temos que fazer duas coisas: estamos hoje aí com um abaixo-assinado para a constituição de uma CPI, porque a CEI não tem condições de convocar com poder de polícia as pessoas para virem depor, já estão com as assinaturas nossas. Esperamos que os senhores deputados também assinem esse documento. E estamos solicitando que a Assembléia Legislativa vote com urgência urgentíssima um Programa de Proteção às testemunhas. Tem pessoas que querem vir aqui depor ou terão que ser levadas a depor lá em Brasília, porque querem depor a respeito da continuidade das investigações sobre o crime organizado no Estado do Paraná.

Por isso deixo aqui o meu apelo, de que votemos favorável à instalação da CPI. É esta a resposta que o povo do Paraná espera da Assembléia Legislativa, não espera outra e que a CPI seja para valer. Se for uma CPI para encobrir - não acredito que a Assembléia Legislativa vá fazer isso - se for uma CPI para mascarar, para não investigar, nós vamos, talvez, criar mais problemas para nós, do que se fizermos uma CPI para valer. O problema está numa instituição que está sendo corroída e não podemos deixar a Polícia Civil ser corroída pelos maus policiais e por uma prática danosa à sociedade.

Com aparte o deputado Valdir Rossoni.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Inicialmente, quero lamentar que se Vossa Excelência tem as provas, o quanto antes Vossa Excelência colocar publicamente, certamente as medidas serão tomadas em cima delas, isso Vossa Excelência não precisa ter dúvidas. Não entendo porque Vossa Excelência vem escondendo as provas... o que poderia ser apresentado?

E outra questão, para se trazer a verdade aqui, deputado Vanhoni, quem fez a negociação com os membros da CPI na noite em que foi convidado o secretário a vir nesta Casa, foi o deputado Rossoni e o presidente da Assembléia Legislativa. Em nenhum momento pedimos à Comissão que não inquiresse o secretário ou poupasse o secretário, porque queríamos e queremos a verdade. Por isso peço a Vossa Excelência. Temos uma Comissão formada, Vossa Excelência tem as provas da convivência e da participação do secretário de segurança. Peço, como líder do Governo, por favor, nos entregue as provas que tomarmos as medidas. Não podemos ficar fazendo este joguinho, porque estamos mexendo com famílias, estamos

mexendo com o ser humano, estamos mexendo com homens públicos e temos que ter a preocupação e a cautela de não executar pessoas que não devem, como ocorreu no depoimento de um cidadão condenado a 24 anos, quando citou o nome de parlamentares aqui, e que depois veio pedir desculpas. Então nós temos essa cautela. Peço, em nome do governo Jaime Lerner, em nome da Liderança do Governo, em nome da Bancada de sustentação ao governo: se Vossa Excelência tem as provas, por favor, traga a esta Casa, entregue à Comissão Especial, não deixe nem formar a CPI. Porque as medidas estão sendo tomadas passo a passo com determinação pelo governador. É esta a nossa vontade e é esta a determinação do governador. Não esconda provas porque assim não estará contribuindo para melhorar a segurança pública do Estado do Paraná.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado Rossoni, não vou esconder provas, de modo algum. O que eu disse, volto a afirmar, o secretário de Segurança pública mentiu dizendo que desconhecia a realidade do crime em Curitiba estou dizendo que ele mentiu e vou provar. Quando o delegado Adalto estava dizendo que tinha policiais envolvidos, o secretário e o Ricardo Noronha quase processaram o delegado Adalto, queriam que desse os nomes antes. Fizeram 20 dias de bombardeio em cima dele. Vamos convocar o secretário e nós vamos trazer pessoas para virem depor, na frente dele, a respeito da mentira dele, dizendo que não conhecia os fatos. Ele conhece os fatos e sabia dos fatos.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PT, concedo a palavra ao deputado Péricles Mello.

#### O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor presidente, senhores deputados. Vivemos, sem dúvida alguma, um dos momentos mais importantes desta Casa de Leis, pelo menos nos últimos cinco anos e meio em que me coube estar aqui como deputado estadual. Muitas coisas vêm à tona num mesmo momento histórico, mostrando que está por trás o nosso governo estadual, denúncias graves já comprovadas como a do pedágio superfaturado, denúncias como a que abala o governo de Londrina e também chega ao palácio Iguaçu, na medida em que uma das principais denúncias diz respeito à compra de ações da Sercomtel pela Copel, e particularmente, uma das questões que desvenda, radiografa o submundo deste país e deste Estado que é a CPI do Narcotráfico. Estamos vivendo um verdadeiro drama, mas temos tido muita alegria e esperança, porque nos momentos mais difíceis é que conhecemos a coragem das pessoas, dos homens, dos líderes políticos. E por maior que tenha sido a pressão que o deputado eputado Ângelo Vanhoni vem sofrendo, que o deputado

federal Padre Roque vem sofrendo, eles continuaram firmes na investigação, não se vergaram às pressões infinitas que vêm sofrendo - sua família ameaçada de morte, mostrando que existem líderes verdadeiros neste Estado e neste País. É isto que dá esperança ao nosso povo de continuar acreditando na possibilidade histórica de construir uma sociedade melhor, mais fraterna e mais solidária.

Subo à tribuna, nesta tarde, para manifestar a irrestrita solidariedade, não apenas aos deputados do PT, nesta Casa, mas de todos os militantes do nosso Partido. Pessoas simples do povo que constroem um novo ideal - em cada cidade, em cada fábrica, em cada bairro. Essas pessoas manifestaram, através do nosso Partido, a sua solidariedade. Particularmente o deputado Ângelo Vanhoni e o deputado federal Padre Roque.

As pressões que esses deputados sofrem, não só aquelas que estão na calada da noite, ameaças veladas, telefonemas anônimos pressionando suas próprias famílias são imensas, mas sofrem também agora uma pressão pública e que nos envergonha a todos.

O secretário de Segurança do Estado que chegou nesta tribuna, eu me lembro, numa data passada, agredindo deputados desta Casa, como sendo o todo poderoso, deus do Paraná, em vez de se curvar diante dos fatos e sair do seu cargo para não envergonhar ainda mais o governo que sustenta, vão os jornais do Paraná agredindo de forma pessoal e mesquinha, tanto o deputado Ângelo Vanhoni como o deputado Padre Roque, agredindo o Padre Roque até na questão de ele ser padre, confundindo questões sociais complexas e profundas com a questão do Movimento Sem Terra com esse verdadeiro submundo da droga, das instituições que deveriam zelar pelo povo do nosso Estado, e dão cada vez mais razão a Chico Buarque, que numa de suas músicas dizia: "Chame o ladrão", essa é a polícia do Paraná. Uma polícia que tem seu delegado geral, sua maior autoridade foragida da própria polícia, que não teve nem a dignidade de vir depor à CPI, e fugiu, porque sabia que ia ser preso e sabia da culpa que tinha. Homem de confiança do secretário do governador, isso só pode nos envergonhar a todos os paranaenses, a todos nós, e é inacreditável que apesar de tudo isso, de toda essa vergonha, o governo do Estado tenha a coragem de manter à cabeça da secretaria de segurança pública, o secretário que aí está, amigo pessoal do delegado foragido, e que ainda tem a desfaçatez de vir agredir de forma mesquinha aqueles líderes autênticos que têm a coragem nesse momento tão difícil de dizer a que vieram, e de não trair os compromissos que assumiram com o povo que os elegeu.

Por isso, senhor presidente viemos, em nome da Bancada do PT, trazer a nossa mais irrestrita solidariedade, não só ao deputado Ângelo Vanhoni, ao deputado federal Padre Roque, mas a todos os deputados que compõem a Comissão Especial de Inquérito, que com muita galhardia, com muita coragem e muita sensatez, têm feito com que esse trabalho continue.

## O Sr. Irineu Colombo

Deputado Péricles, quero colaborar com o vosso discurso e com as palavras do deputado Ângelo Vanhoni, no sentido, senhor presidente, senhores deputados, de que algumas coisas estranhas estavam acontecendo desde o primeiro dia da vinda da CPI ao Estado do Paraná.

Nem eu, que sou amigo e companheiro de Partido do Ângelo Vanhoni, sabia de muitas coisas que acabaram acontecendo, nem imaginava isso, nem de fofoca, nem de "disque-disque", mas logo pela manhã, quando li as páginas dos jornais em minha casa, percebi que o secretário estava numa enrascada. Se vocês atentaram, ele começou a questionar depoimento de pessoas encapuzadas. Ele não estava levando em consideração se aquele depoimento era verdadeiro, estava batendo com alguns fatos, era detalhista, mas estava somente questionando a que as pessoas eram encapuzadas. No mínimo, se fosse um secretário de governo preocupado com a transparência do seu governo, daria todo o crédito e amparo à CPI, e não ficava já desde as primeiras linhas, os primeiros depoimentos questionando a CPI. Por quê? Porque a brasa certamente já estava caindo sobre seu colo. No segundo dia, eu tenho todos os recortes de jornais lá comigo, voltou ele a questionar o depoimento das pessoas condenadas, ele não falou que era mentira, que Terêncio, que o "Marrom" estavam falando, ele não contestou nada, somente questionava a fala de bandidos.

No terceiro dia, tivemos a presença de quem fornecia a droga e de quem repassava a droga, além dos comparsas de atuação junto à Polícia Civil. Fechou o cerco. E aí o secretário em nenhum momento se defendeu, em nenhum momento falou alguma coisa que viesse a contribuir para a sua defesa: por que mantinha chefes da Polícia Civil no cargo. Passou, então, em seguida, a atacar deputados, notadamente o deputado Padre Roque, atacar o Pompeu de Mattos e outros deputados, no sentido de defender. Quem não tem defesa ataca sub-repticiamente. É isso que está acontecendo com o secretário. Por que o secretário, por exemplo, no primeiro dia, questionava o depoimento de pessoas encapuzadas? Por que não continuou questionando esses depoimentos, quando no último dia, na acareação, eles tiraram o capuz? Se eu fosse secretário, eu renunciava, porque eu estava questionando o capuz do depoente, e ele tirou o capuz. Portanto, eu não poderia ficar mais questionando nada. É isso.

## O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor presidente, senhores deputados.

O mínimo que o governo Jaime Lerner pode fazer para não envergonhar ainda mais o povo do Paraná é demitir o seu secretário de segurança, para que ele possa ser julgado e o julgamento possa se aprofundar até as últimas consequências para o bem do povo do nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do PSDB, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados.

Tivemos, mais precisamente entre os dias 29 de fevereiro, 01 e 02 de março, a presença da CPI Nacional nesta Casa, nesse ambiente que a acolheu. Foram momentos de tensão, foram momentos que todos aguardávamos, não com satisfação, mas que efetivamente a sua presença em nosso Estado pudesse livrar o povo paranaense de um cancro que está se alastrando dentro da figura do Estado, da instituição Estado. Porque quando o crime está na rua, é uma realidade, o cidadão e sociedade ainda podem contar com as instituições para atuarem em sua defesa, mas quando o crime instala-se dentro dos aparelhos de segurança do Estado, efetivamente o cidadão fica sem ter a quem recorrer. E esta era a situação que nos encontrávamos e nos encontramos no Paraná. É a situação que o cidadão não tem para onde e por onde solicitar. E se o crime existe, como ficou provado em alguns casos pela CPI, cabe a esta Casa, enquanto poder político, enquanto representante da população, fazer com que aprofundemos mais, porque, temos certeza, ali só foi a ponta do iceberg, tem muito mais ainda que se buscar para dizer que seremos uma sociedade livre da corrupção dentro do aparelho de segurança do nosso Estado.

Quando é que pensávamos que o delegado geral de Polícia do Estado do Paraná, segundo as informações que tivemos, obtidas pela CPI, e o comportamento posterior, teria tão grande envolvimento quanto se revelou naqueles 3 dias aqui no Paraná?

Mas, as autoridades superiores não podem deputado Beraldin, dizer e se sentir atônitas que não conheciam a extensão do crime e que não sabiam quanto era o envolvimento de setores da Polícia Civil de nosso Estado. Pois, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná tem um órgão que congrega as informações sigilosas, tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil. E, este órgão tinha todas as informações e lá estava o senhor secretário, de posse destes dados.

Se ele indicou um responsável para a direção da Polícia Civil de nosso Estado e ele mancomunou-se com a bandidagem, temos que atribuir responsabilidade a este secretário. Em qualquer democracia, quando o responsável chefe se vê numa situação desta, no mínimo pede desculpas à sociedade e pega o boné vai para casa. Mas, quando ele não o faz, o superior dele toma a iniciativa e manda ele para casa. É o que aguardamos do nosso governador Jaime Lerner! que tome a iniciativa! Porque dizer aqui na triste e ingrata posição que está o líder do Governo de dizer que precisa aqui que o deputado Ângelo Vanhoni traga provas. As provas estão dentro da secretaria e dos fatos. A prova está na posição manifestada pelo promotor público Paulo Kesler, que admitiu que a CPI teve quase três dias de plena atuação, mas mascarou-se no último depoimento, quando tomava o depoimento

do secretário Cândido Martins de Oliveira porque foi ali que ela perdeu a dignidade aqui no Paraná. Ela não teve ação, firmeza, e não foi correta ao ponto de colocá-lo como responsável pela segurança do nosso Estado. Era só isso que esperávamos da CPI Nacional: que ela tomasse esta atitude, e infelizmente ela não tomou.

E, é por isso que esta Casa, antes que tenhamos complicações maiores, antes que o Paraná chegue a aportar numa situação de Alagoas, antes que a Segurança Pública do nosso Estado fique na mão de grupos que apenas cobram para oferecer a segurança, é que precisamos tomar a iniciativa.

E esta Casa tem responsabilidade política. Esta Casa precisa se afirmar como tem tentado e buscado fazer o deputado Nelson Justus e a Mesa Executiva, mas precisamos tomar uma decisão firme assinando o manifesto no sentido que o atual secretário seja substituído. Porque nem uma criança de colégio, o governo consegue enganar dizendo que não conhecia e não sabia a extensão do crime.

Ora, quem não sabia dos desmanches em Curitiba? Quem não sabe da rota da cocaína? Quem não sabe do roubo de carga? Isso tudo era conhecido da sociedade. Só o secretário de Segurança não sabia! Só o governo não sabia! Só o aparelho de segurança do nosso Estado não tinha as informações que pudessem levar aos criminosos!

Por isso, pior do que não ter e não se sentir no estado de segurança, de não ter a segurança, é se sentir no estado de insegurança, como o paranaense hoje se sente, no estado de insegurança, diante do aparelho estatal.

Por isso eu me parabeno com a Comissão Especial de Inquérito desta Casa que com dificuldade, sim, mas soube levar com repetição e soube aguardar o momento; esta Casa, inclusive, no dia em que a CPI aqui esteve, não se pronunciou. Aguardou o momento, deputado Fernando Carli, para que hoje nós pudéssemos, sem a influência externa, discutirmos estas questões e buscarmos apurar esta grave situação de irregularidade e de anormalidade, por que também não dizer, de anomalia que existe na nossa segurança!

Mais do que nunca o secretário não tem as condições morais para poder continuar respondendo pela Secretaria de Segurança do Estado.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário destinado ao PPB, concedemos a palavra ao deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, neste momento, ao usar o Horário da Liderança do meu Partido, venho aqui também, especificamente, para falar como Relator da Comissão Especial de Investigação.

Ouvia atentamente ao presidente da nossa Comissão, deputado Ângelo Vanhoni, e queria fazer algumas



colocações a respeito do que ele disse. Talvez tenha lhe causado surpresa a não inquirição do secretário de Segurança por parte dos membros da CPI da Câmara Federal. E o senhor relatou que houve um acordo para que não fossem feitas perguntas ao secretário de segurança. E, aí, eu quero chamar a atenção de todos os senhores: o que estavam fazendo lá, então, todos aqueles deputados? Ou mais precisamente, deputados combatentes e renhidos de luta, como o deputado federal Padre Roque e também o deputado federal, promotor de justiça aposentado do Rio de Janeiro, Paulo Biscaia, se não me falha a memória. No momento em que estes membros da Comissão Parlamentar de Inquérito não questionam o secretário que veio aqui convidado, eu creio que não há motivos para se dizer que não foi perguntado.

E mais; quero fazer desta tribuna um pedido ao deputado Vanhoni, peço-lhe que preste atenção ao que vou dizer: peço uma reunião emergencial da nossa Comissão Especial de Investigação, deputado José Maria Ferreira. Precisamos saber do que o deputado Vanhoni sabe! E eu, como relator, não sei, senhor presidente! Se existem denúncias contra o secretário de Segurança, eu quero saber, como relator! Porque eu vou relatar tudo o que me for dito e for comprovado! Agora, não posso mais permanecer na condição de relator sem saber tudo que outro membro da Comissão sabe e que vaza para a imprensa, que nos coloca em situações constrangedoras. Digo aos senhores, aquelas mesmas testemunhas que fizeram seus depoimentos encapuzados, aqui, foram as mesmas que foram a Brasília dar seus depoimentos. E só o deputado Vanhoni sabia disso! Não sabia eu, como relator! Não sabia o vice-presidente Algaci Tulio e nenhum dos outros membros!

Então, quero dizer aos senhores, não estou aqui para defender o governo, não sou líder do Governo, não estou para defender secretário de Segurança, não estou para fazer papel de laranja de quem quer que seja; estou aqui para esclarecer os fatos e relatarmos esses fatos à população do Paraná, que está ansiosa por saber a verdade. Não estamos aqui simplesmente para fazermos palanques políticos, isso é uma coisa muito séria que acontece no Paraná.

Não podemos continuar assistindo passivamente, fazendo com que não enxerguemos o problema e que devemos aproveitar essa situação para tirar dividendos políticos. O meu filho, e seu filho, deputado Seleme, correm risco na rua, e não é por causa do voto da próxima eleição que não devemos esclarecer os fatos. Os problemas existem, sabemos os enormes problemas que existem em termos de segurança em todo o País em função dos diversos problemas sociais que se avolumam a cada dia, é só ligarmos a televisão e sabemos os problemas. E claro que estamos, não somente angustiados, estamos boquiabertos como que está acontecendo no setor de segurança do Paraná, é claro que estamos preocupados. Agora, também não podemos dizer que a coisa começou a acontecer agora, que a coisa é recente, isto é

um mal que se instalou há muitos anos na Polícia, porque quando citam Pedro, Paulo, José ou Maria que ascendeu a um cargo de delegado geral de Polícia, sabemos que só chega a este cargo um Delegado de primeira classe, que para chegar a este cargo tem tempo, tem avaliações que são feitas. Então, temos que fazer uma avaliação do conjunto da polícia, do que está acontecendo no aparato de segurança do nosso Estado. Em todos os setores temos problemas, no Instituto Médico Legal, nós da segurança já ouvimos relatos que deixam qualquer um, por mais destemido que seja o cidadão, de cabelo em pé. Foi afastado o Doutor Francisco, e o doutor Francisco faz muitos anos que é diretor do I.M.L., professor da universidade, e sabemos que o cidadão nem depois de morto tem sossego pelo o que acontece no Instituto Médico Legal.

Vejam o que acontece na Polícia do Paraná, e não é diferente também em outros Estados, não sejamos ingênuos, que em São Paulo, no Rio, em qualquer outro Estado não exista o achaque, não existe o flagrante forjado. Existe. Felizmente aqui a CPI veio e detectou o problema da Polícia que vamos ter que resolver de qualquer jeito, vamos resolver, sim. É a nossa responsabilidade resolver este problema porque polícia foi feita para zelar da segurança da população, prevenir, proteger; não fazer de uma delegacia um balcão de negócios. Mas precisamos ver o que está acontecendo realmente, não fazermos aqui uma discussão política, se tira o secretário, se não tira o secretário. Acredito que a Assembléia Legislativa do Estado tem o dever de apresentar uma alternativa para este problema, não vai ser a saída do secretário e a nomeação de outro que vai resolver o problema. O problema da Polícia é mais sério, é um problema de formação.

Meus irmãos sejamos sinceros, sejamos coerentes, quem de nós não sabia da caixinha de 10 ou 15% que ocorre em todas as delegacias do Paraná há muito tempo? Quem, dos deputados não sabia?

#### **O Sr. Nereu Moura**

Eu não sabia.

#### **O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Não, para ingênuo o senhor não serve, o senhor me desculpe mas para ingênuo o senhor não serve. Quem não sabe do lobby que se faz quando se muda um delegado de qualquer cidade, quem não sabe disso? A grande verdade é que todos perdemos a nossa capacidade de indignação de aceitar esses fatos, essa que é a verdade. Os senhores sabiam de muitas coisas.

**(Tumulto no Plenário)**

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

A palavra está com o deputado Fernando Ribas Carli.

#### **O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Não concedi aparte a ninguém. Não lhe concedi aparte (**ao deputado Nereu Moura**). Peço que o senhor me respeite. O senhor é oriundo de um partido que mandou neste Paraná por doze anos e a prática de indicação de delegados era a mesma. Porque fui prefeito quando o governador era do PMDB e lá quem indicava o delegado era a pessoa ligada ao PMDB. Não me venha com “jurumelas”.

O que quero afirmar nesse momento é que assino a CPI, sim! Claro que assino! Agora, quero imediatamente uma reunião com a nossa Comissão Especial de Investigação. Está aí o deputado Algaci Tulio que assina também como vice-presidente.

Concedo um aparte ao nobre deputado Algaci Tulio.

**O Sr. Algaci Tulio**

Senhor presidente, quero ser breve.

Um minuto só para concluir.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

É o tempo que tem Vossa Excelência para concluir.

**O Sr. Algaci Tulio**

Quero dizer que, lamentavelmente, está hoje se desmoralizando uma Comissão Especial de Investigação criada por esta Assembléia. Porque no momento em que começam a correr assinaturas para a formação de uma CPI, sem antes esta comissão, da qual eu, os deputados Caíto, José Maria Ferreira, Fernando Ribas Carli, Luiz Carlos Alborghetti e Tiago Amorim e Ângelo Vanhoni, que é o presidente, fazemos parte, se reunir e exarar um relatório, um parecer, do que esta comissão tem para justificar, muito embora os status já denunciados justifiquem a CPI e isto também não muda a minha posição. Sou coerente acima de tudo, faço parte da Comissão Especial, tenho que assinar a CPI e vou assina-la, mas não da forma como está se fazendo agora.

Agora há pouco eu discutia com o deputado Ângelo Vanhoni, aqui, em bons termos, de que nós temos que reunir a Comissão Especial. O primeiro ato que tínhamos que fazer nesta Casa, hoje, pela manhã era ter reunido a Comissão Especial, para que a gente tirasse uma posição, chamasse os membros e que esta CPI partisse até como valorização da Comissão Especial, a iniciativa da Comissão Especial, não de um grupo de deputados que agora, até por interesse político, começa um a puxar um rol de assinaturas aqui, outro puxa e vira três, quatro pedidos de CPI, na Assembléia. Desmoraliza-se a Comissão, da qual quero dizer a Vossa Excelência que também ratifico as suas colocações. Infelizmente, não participamos de todo o processo, não tivemos todas as informações. Faltou companheirismo e confiança nos membros da comis-

são, porque as coisas começaram a ser trabalhadas individualmente.

Por isso, quero encarecer ao deputado Ângelo Vanhoni, vamos, tão logo termine esta sessão, fazer uma reunião da Comissão Especial ou amanhã, às dez horas da manhã. Vamos exarar um relatório um parecer, e o nosso relator que está na tribuna, o Fernando Ribas Carli poderá fazê-lo. Assinamos e colocamos neste relatório que a Comissão Especial é favorável à abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Nada mais lógico do que isso. Senão desmoraliza-se a nós que fizemos esta Comissão Especial.

Muito obrigado.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Nobre deputado, o senhor, com suas palavras, vem enriquecer o meu pronunciamento e reafirma tudo aquilo que nós estávamos dizendo desde o início.

Quero também, aqui, senhor presidente, além deste apelo, pedido e solicitação, que fiz ao deputado Ângelo Vanhoni, para que convoque imediatamente uma reunião da nossa comissão, quero deixar uma proposta para esta Casa, para que todos nós nos unamos, numa proposta que poderá servir de exemplo para o Brasil: a criação do controle externo da polícia é da maior urgência. De nada adianta ter Corregedoria. A Corregedoria sabemos, de polícia não pune ninguém. Sabemos que um delegado, caso haja um problema em uma cidade, a pena que lhe é imposta é ser transferido para outra cidade. Precisamos urgência, para que possamos devolver a tranquilidade à população do Paraná e quiçá do Brasil é nós implantamos o controle externo da Polícia. Vamos discutir com a sociedade, quem deverá compor este conselho, ou este grupo de pessoas que farão o controle externo da polícia, o Ministério Público, o Judiciário, o Poder Legislativo, mas o que é importante, para fazer todas as avaliações da polícia, inclusive as promoções, para avaliar o currículo de cada membro da polícia, para ver se ele realmente tem condições de receber esta promoção.

Então é a proposta que eu faço ao concluir as minhas palavras dizendo que, desta maneira, poderemos devolver a tranquilidade ao povo do Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu apenas gostaria que Vossa Excelência fosse também condescendente com os demais oradores porque o deputado que usou a tribuna, usou por 13 minutos e 40 segundos, no Horário da Liderança. Então quando algum outro parlamentar usasse a liderança também pudesse se utilizar do mesmo tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No Horário da Liderança das Oposições concedo a palavra ao deputado Edgar Bueno.

**O SR. EDGAR BUENO**

Senhor Presidente, Nelson Justus, senhora e senhores deputados.

Nós estamos vivendo um momento diferente na Assembléia Legislativa, estamos devendo uma resposta à sociedade paranaense e ao Brasil! E eu faço a seguinte pergunta aos senhores deputados: por que assusta esta Casa a criação de uma CPI? O que leva alguns deputados a argumentar que é um ano político, que não é hora de se aprovar CPI, que vão usar a CPI como palanque político? Muitos deputados alegam que não sabiam o que estava acontecendo e eu concordo, porque nem o Ângelo Vanhoni que era o presidente da CPI não sabia de tudo aquilo que assistimos no Plenarinho desta Casa! Nem o Ângelo Vanhoni! A Promotoria Pública assessorou, muito bem a CPI do Congresso Nacional! A CPI teve um trabalho brilhante e merece aqui o nosso respeito. Participei de várias reuniões da CPI e vi que todos os deputados estavam interessados em esclarecer esta questão do crime organizado, no Paraná.

O deputado Olino Rossi fez uma pergunta interessante ao secretário de segurança pública do paraná, o Candinho, e eu vou repetir para que fique registrada nos Anais desta Casa. O deputado Rossi perguntou o seguinte: secretário o senhor não enxergava o que estava acontecendo ao seu redor? O senhor fazia que não enxergava? O senhor participava de todo este esquema que foi denunciado no Paraná ou o senhor é incompetente? Esta é uma pergunta que ficou marcada, e é uma das perguntas muito interessantes. É a mesma coisa que agora deputados dizerem que não sabiam, e eu acredito que não sabiam, mas a partir da CPI do Congresso Nacional, instalada nesta Casa, não cabe mais ignorância, não cabe mais omissão! Esta Casa precisaria sim, ter ficado de plantão, logo depois da CPI do Congresso Nacional. esta Casa se omitiu no momento mais crucial e importante da seq ncia do combate ao crime organizado!

Ora, senhoras e senhores deputados, eu quero deixar aqui, nesta tribuna, a preocupação de um cidadão paranaense, a preocupação dos 54 deputados desta Casa que têm a obriga o de atender aos anseios da sociedade. A sociedade do Paraná e do Brasil ficou estarecida com tudo aquilo que viu, da banda podre da polícia do Estado do Paraná.

Precisamos aprovar a CPI, porque são através dela vamos dar respaldo, condi o de trabalho e respeito àquele cidadão que é policial honesto, mas não tem poder de competitividade com os mesmos policiais, seus colegas que andam de carros importados, têm casa na praia, mansões e todos ganhando 700, 800, 1000 reais.

É evidente aos olhos de todos que precisamos tomar uma providência. A Oposi o está se adiantando neste momento, pela omissão de alguns que desejam assinar, sanear o Paraná, mas que nada fizeram. A Oposi o está presente e está propondo aqui CPI e já tem um número expressivo de assinaturas.

E mais do que isso, temos aqui a declara o de vários deputados, a maioria quer criar a CPI. Se isso é verdade, com certeza, hoje mesmo teremos as assinaturas suficientes para criá-la.

Temos quinze, e com mais dez aqueles que fizeram a declara o no jornal, não quero nem citar os nomes dos deputados que fizeram a reportagem no “O Estado do Paraná”, para não dizerem que estamos pressionando. Agora, se vale a palavra, se vale a honra daqueles que declararam para o público e que já ajem diferente, temos certeza que essa CPI estará fechada hoje mesmo.

Quero propor aqui t mb m, num momento de desprendimento, a convoca o de todos os parlamentares, das Lideranças de todos os Partidos, para que essa proposta seja recuperada pela Oposi o e assumida pelas Lideranças de todos os Partidos desta casa, porque esta responsabilidade tem que ser dos 54 deputados.

Nessa questão não tem governo, não tem Oposi o. Nesta questão tem sim a segurança do cidadão que paga impostos, que trabalha nesse Estado e que nunca imaginava que existisse o banditismo, policiais coagindo policiais, os mais fortes sucumbindo àqueles que têm interesse na Segurança Pública.

Essa CEI nasceu para auxiliar a CPI do Congresso Nacional. E foi isso que os cinco parlamentares fizeram. Jamais eles e nem nós sabíamos que a bandalheira neste Estado era tão agressiva com a sociedade do Paraná.

O governador viajou na hora que o povo do Paraná mais precisava dele. Se   um governador de postura positiva no dever e nos interesses do povo paranaense, assumiria imediatamente a Segurança Pública do Estado do Paraná, colocando ordem na Casa, como autoridade máxima desse Estado; não o fez, omitiu, viajou.

Ora, senhores deputados, querer descaracterizar a denúncia de bandidos que vieram aqui é muito fácil e fazer com que a idéia da CPI sucumba. Agora, no momento em que você coloca frente à frente acusadores e acusado, e quando o acusado diz que nunca viu esse cidadão na sua frente, o acusador diz: “tal dia você me ligou, fez tr s ligações nesse dia mais oito no outro dia; a tua casa tem tantos quartos, uma sala, um sofá rasgado e tem t mb m l  um armário onde você guarda a droga”.

Ora querer descaracterizar uma denúncia como essa dando dados, dias, de um pai de um cidadão que foi achacado em trinta mil reais, que gravou e entregou ao secretário de Estado, um homem que tem que zelar com a segurança do povo do Paraná e entregou para ele.

Ele se omitiu, jogou na gaveta, não ouviu. E por que é que ele não ouviu?

Não ouviu porque está comprometido. Não ouviu porque a omissão lhe dá muito lucro? Por que não ouviu?

Queria dizer sob juramento que jamais recebeu esta fita!

Ora, senhores deputados, nós sabemos que as pessoas que estão envolvidas na Segurança Pública do Estado do Paraná tinha conhecimento, sim. O secretário

foi muito habilidoso ao chegar aqui na CPI do Congresso Nacional. Ele não contestou ninguém. Todas as vezes em que ele foi acusado, simplesmente dizia que ia levar aquilo como um conselho, como um aprendizado para no outro dia colocar em prática na polícia do Paraná.

Ora, senhores, faz 5 anos que o secretário da Segurança pública do Paraná, Cândido Martins de Oliveira convive com isso no dia a dia, recebe as mais diversas denúncias e não toma providências. E aí cabe a pergunta do deputado Rossi. É conivência, não enxerga, é omissão ou é incompetência?

Senhores parlamentares, vejo aqui uma declaração estarrecedora, de uma responsabilidade, não é de um cidadão comum, responsabilidade de um homem que já foi prefeito, de responsabilidade de um parlamentar, não só um parlamentar do Estado do Paraná, mas um ex-parlamentar do Congresso Nacional.

É estarrecedor quando você vê e percebe que homens públicos responsáveis por tudo aquilo que acontece com seu Estado e com a sua população, diz bem claro e está gravado que delegados davam propinas para receber indicações de alguns políticos.

Isso é de uma irresponsabilidade muito grande ou então, que se diga aqui quais são os deputados que recebem propinas, para indicar delegados de polícia, nas cidades mais importantes deste Estado? Que se diga aqui, e que não fique sofismando, que não fique inventando estória, jogando purpurina para descaracterizar esse que é um desejo do povo do Paraná.

Peço que se aprove esta CPI, para que se dê segurança ao povo do Paraná. Desejamos, nós queremos.

Não queremos para nós os holofotes. Tenho certeza absoluta, dos sete membros, quatro membros serão do governo, apenas três da Oposição. Porque que nesse momento alguém precisava imaginar que nós estamos atrás de holofotes. O domínio da CPI será da Bancada da Oposição. Porque que nesse momento alguém precisa imaginar que nós estamos atrás de holofotes. O domínio da CPI será da Bancada de sustentação do governo.

Então não há como justificar o abafamento dessa CPI e esquecer esta discussão, jogar para frente esta discussão para esvaziar Junto aos olhos da imprensa e junto ao interesse da população do Paraná.

Temos que trilhar o nosso caminho, dar respostas à sociedade. a sociedade não aguenta mais a omissão daqueles que têm que lhe dar a sustentação e não o dão.

Caros deputados, faço uma conclamação aqui, para que se despolitize, esqueçam a ala governista ou oposicionista e que se torne aqui uma posição conjunta, uma posição firme, uma posição de resposta a esta sociedade.

De que se aprove hoje mesmo esta CPI, para que a imprensa e a população do nosso Estado não tenham dúvidas da firmeza e do desejo dos deputados em aprovarem esta CPI.

**O Sr. Beraldin**

Deputado Edgar Bueno. Faço minhas as suas palavras quando diz de que este assunto da CPI não deve ser um assunto da Situação e nem da Oposição. Deve ser um assunto desta Casa. E queria, também, conclamar a todos os deputados, independente de partido político para que, unanimemente, a Casa saia na frente, faça esta CPI que é urgente. Os assuntos levantados são suficientes para que a gente tenha, aqui, uma CPI. Por isso já assinei e faço este apelo para que todos os deputados assinem. Não é assunto de Bancada de Governo ou não, é um assunto nosso, de deputado, de representante popular, de quem tem a voz do povo. Quem tem a voz do povo tem a responsabilidade de representar o povo tem que assinar a CPI e vamos a fundo. Assim que tem que ser. O caso se tornou público e se tivermos que inocentar alguém que foi injustamente acusado, temos que inocentá-lo. Porque é um dever desta Casa, é um dever dos representantes do povo.

**O SR. EDGAR BUENO**

Muito obrigado deputado Beraldin até pela sua assinatura. Apenas quero agradecer ao deputado Beraldin que já assinou a CPI e tenho certeza absoluta, que no momento em que a Oposição se desprende, no momento em que a Oposição diz para a grande maioria desta Casa: vamos trabalhar juntos, vamos fazer juntos, vamos defender os interesses do nosso povo e assim cumprirmos com dignidade o nosso mandato.

Muito obrigado.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, queria fazer uma colocação. O deputado Edgar Bueno fez uma colocação que não é minha. Em nenhum momento disse que existia caixinha para pagar parlamentar. Não pode colocar em minha boca palavras que não disse. Afirmei que existe o lobby em cima dos políticos para indicação de cargos e que sempre existiu esse lobby em todos os governos para se mudar delegado.

Agora, não fiz afirmação de que existia caixinha para pagar deputado. Vamos restabelecer a verdade.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Acho que a questão é importante e Vossa Excelência concedeu a palavra para o Horário da Liderança do Governo e eu estava dando uma entrevista. Gostaria de propor ao líder da Oposição que trocássemos, hoje, para que eu possa fazer uso do Horário da Liderança do Governo agora e amanhã trocaríamos e Vossa Excelência falaria por último.

**O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, se tecnicamente o líder do Governo - com muita sabedoria, provocou essa situação, humildemente aceitamos que ele faça essa troca.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Agradeço, senhor presidente, senhores deputados.

Pedimos a aquiescência do líder da Oposição para que pudéssemos fazer o uso da Liderança, para colocar aqui a nossa posição sobre a questão da composição ou da instituição de uma CPI na Casa. Em nenhum momento, até agora, dissemos que não vamos propor ou assinar a composição de uma CPI. O que estamos tendo, neste momento é o cuidado de agirmos com prudência, respeito, de agirmos com prudência, porque todos sabemos de que a CPI Nacional esteve aqui nesta Casa, fez as investigações que lhe cabiam, encaminhou ao Ministério Público, que já está no caso, e que requisitou do governador, membros das Polícias Civil e Militar para ajudá-los nas investigações. O governador determinou ao secretário de segurança que colocasse à disposição do Ministério Público as pessoas que fossem requisitadas.

Temos aqui nesta Casa uma Comissão constituída de 7 membros, aonde 4 membros são pessoas que fazem parte da sustentação da base do governo, tivemos a grandeza de entregarmos a presidência dessa comissão à Oposição, coisa inédita nesta Casa, esta é a maior demonstração de que queremos varrer nada para baixo do tapete, a maneira em que foram levantadas aqui as irregularidades. Mesmo sem provas, o governador tomou as medidas afastando toda a cúpula da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Quando vieram aqui dizer de que nós, e eu estranho isso ter vindo do deputado Vanhoni, porque segundo o que assisti, no decorrer dos 3 dias, dos 2 dias de CPI, quem mais conviveu com os membros da CPI, deixando em segundo plano o restante dos membros foi o deputado Vanhoni, dizendo de que fizemos um acordo para poupar o secretário de Segurança, quando não é verdade. O presidente Nelson Justus participou destas negociações, às quais colocávamos uma posição clara da base de sustentação do governo. Traríamos aqui o secretário de Segurança, mas não aceitávamos que o secretário se assentasse na mesma cadeira aonde o réu de 24 anos veio depor. Queríamos apenas esse tratamento ao secretário de Segurança, e esse tratamento foi dado à comissão.

Agora, quero deixar claro, deputado Edgar Bueno, conversamos na semana passada da necessidade da instauração aqui de uma CPI. E ficamos de conversar, na segunda-feira, sobre esta questão, e até o presente momento não conversamos sobre isso.

Ora, se um determinado momento, a questão democrática se faz pela maioria, se Vossa Excelência realmente está interessado em instalar aqui nesta Casa uma CPI para elucidar os fatos que trouxeram constrangimento a todos os paranaenses, Vossa Excelência hoje teria que ter procurado os líderes dos Partidos para discutirmos esta questão, para constituirmos esta CPI, e não tentar fazer da forma com que está sendo colocado.

**O Sr. Edgar Bueno**

Senhor líder do Governo, gostaria de informar a Vossa Excelência que hoje, por 3 vezes lhe procurei no seu gabinete, e o senhor não estava; porque estava reunido na Presidência desta Casa. Então, infelizmente não foi possível.

Na semana passada, tentei de todas as formas entrar em contato com Vossa Excelência e não consegui. Esta Casa fechou, o senhor sabe que ficamos sem esse contato.

Agora, insisto, meu caro e ilustre deputado Valdir Rossoni, na criação da CPI, porque o senhor que também é oriundo de cidades do interior do Paraná, essas cidades estão pedindo socorro, Vossa Excelência sabe que a CPI do Congresso Nacional não tem como chegar ao interior dos Estados, ela vai apenas cumprir e não conseguirá estar presente em todas as comunidades aonde clamam por socorro. Então, através da CPI criada nesta Casa, vamos esticar o braço da moralidade, vamos sanear este Paraná, porque vamos estar presentes em todas aquelas cidades importantes deste Estado que têm ligações com o narcotráfico, com o crime organizado, com o desmanche.

Agradeço esse aparte, muito obrigado!

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Concedo um aparte ao deputado Ademar Traiano.

**O Sr. Ademar Traiano**

Deputado Rossoni, apenas para me somar ao vosso pronunciamento e dizer que Vossa Excelência foi muito feliz quando levantou, em questionamento, que em nenhum momento o deputado líder das Oposições tenha recorrido tanto à Liderança do Governo, quanto às Lideranças de Partidos.

Estamos aqui, não fomos consultados nem durante a semana. O deputado Edgar Bueno, como todo o respeito que tenho por Vossa Excelência, sabe do nosso interesse. Hoje pela manhã aqui estivemos, conversamos pela manhã, e em nenhum momento fomos questionados. E acho que essa é uma decisão que deve ser tomada com muito equilíbrio, com muita decência. Não podemos tomar uma decisão, da natureza como é esse assunto que está sendo tratado aqui no Paraná, no emocionalismo, apenas para fazermos desta Casa objeto de discurso.

Quero ainda, aproveitando o seu pronunciamento, dizer: não me permitiu o aparte o deputado Edgar Bueno. E gostaria de dizer, deputado Edgar Bueno, no momento em que Vossa Excelência, ali da tribuna, alega que esta Casa se omitiu em fechar as portas na semana passada, Vossa Excelência me perdoe, fere não à Mesa, mas à instituição, porque - entendo eu - a Casa, ao abrir para que a Comissão Nacional aqui viesse, até chegou ao limite, extrapolou os limites e expôs a Assembléia do Estado, que foi fruto de algumas ações que, infelizmente, não partiram desta Casa. E é importante que se faça essa ressalva, porque entendo que a Mesa Executiva agiu com equilíbrio, com decência e, acima de tudo, sem o sensa-

cionalismo que procuraram dar aos episódios que aqui aconteceram.

Muito obrigado!

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, é importante que se ressalte que nem o fechamento da Assembléia e nem o adiamento por um ou dois dias da constituição ou não de uma CPI vai trazer prejuízos às investigações, porque a CPI Nacional continua funcionando; porque a Comissão Especial continua funcionando e, diga-se de passagem, quero cumprimentar o deputado Fernando Ribas Carli, que expressou aqui o nosso sentimento e a verdade no seu pronunciamento.

Então, a comissão continua a trabalhar, o Ministério Público já tem toda a documentação entregue pela CPI. Não houve prejuízos, de forma nenhuma. Quero deixar claro, nós da base de sustentação ao governo, quando foi para tomar as medidas duríssimas, que foram tomadas, a minha primeira preocupação, deputado Edgar Bueno, pela manhã foi procurar, inicialmente, o presidente desta Casa, e disse ao presidente que se por uma eventualidade fosse decidido pela Bancada, de constituir uma CPI, gostaríamos de ter do presidente, o apoio de uma assessoria jurídica à altura da necessidade do caso, que é grave. Porque todos sabemos que aqui tem deputados oriundos de vários setores da sociedade, aqui um é professor, o outro comerciante, o outro é agricultor, o outro é radialista, o outro é industrial, muitos não são advogados, precisamos de uma boa assessoria.

A outra questão que me preocupou, foi conversar com os parlamentares que têm aqui experiência nesta Casa, porque tenho muito medo da instalação de uma CPI, sendo que a CPI Nacional já está adiantada, sendo que o Ministério Público já está aprofundado nas suas investigações e corremos o risco de chegarmos lá na frente com esta CPI, e sermos punidos quando chegarmos às conclusões em que a CPI Nacional e o Ministério Público chegaram e sermos acusados de termos terminado uma CPI em pizza.

Por isso estou tendo prudência, cautela, e isto é muito importante neste momento. Não pensem os senhores que na hora em que falamos em CPI nesta Casa, em que se banaliza CPI nesta Casa, não tenham dúvidas, está em jogo não só os deputados de situação mas sim esta Casa. Por isso, um pouco de prudência. A pressa é inimiga da perfeição e estou com cautela, com responsabilidade, conversando com os deputados e certamente chegaremos a uma conclusão após conversarmos com o Ministério Público, após conversarmos com as pessoas que vão colaborar nestas investigações, e aí tomaremos uma medida que será salutar para o povo paranaense, sem demagogia, sem fazer politicagem e sem aparecer para os holofotes da televisão ou dos jornais paranaenses! O que queremos fazer aqui é a verdade.

Por isso deixo aqui um desafio ao deputado Vanhoni: Por favor, me traga as três provas contra o secretário de segurança que as medidas serão tomadas. Senão o seu discurso ficará no vazio e será irresponsável a partir deste momento. Ele disse que tem provas e está escondendo desta Casa, está escondendo da Comissão Especial e, se amanhã não vierem aqui as provas, o deputado Vanhoni terá que ser responsabilizado porque não se brinca com o nome de autoridades ou pessoas.

Não faço aqui a defesa do secretário de Segurança, faço a defesa da verdade! Não podemos execrar pessoas sem ter provas. E, se temos provas, cabe aqui tomarmos atitude por falta de responsabilidade.

Agradeço a todos e deixo aqui clara a nossa posição e dos nossos companheiros!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência, apenas para completar, pede com muito cuidado, com muita humildade, mas acima de tudo com muita responsabilidade, muito equilíbrio, muito bom senso, muita calma num momento tão especial em que vive esta Casa.

Uma Casa constituída por 54 parlamentares, portanto 54 homens que têm o dever de falar, muito cuidado com o que falar nestes momentos difíceis.

Esta Casa, a partir do momento em que foi comunicada pela CPI de Brasília que para cá viria, não só abriu suas portas, mas escancarou todos os instrumentos e todas as estruturas para que esta CPI tivesse êxito nos seus objetivos, desde a hospedagem para a Polícia Federal, os carros para darem segurança e transportarem os membros da CPI e comida. Quando ficou garantido que a segurança seria feita exclusivamente pela Polícia Federal, fizemos com que a Polícia Militar e principalmente a segurança da Assembléia Legislativa também auxiliassem para que nada de errado acontecesse. Desde a estrutura da imprensa que tinha o dever de fazer a cobertura deste ato, e, para os senhores terem uma idéia, 600 credenciais da imprensa foram expedidas pela Assembléia.

Ora, não é local ideal para uma CPI? Claro que não é. Nenhum de nós se elegeu para ficar assistindo traficante, bandido, vagabundo, de um lado e de outro serem inquiridos e inquirindo. Não foi para isso que nós nos elegemos, para troca banal de acusações, mas o momento nos exigiu que passássemos por este pedaço. E vamos passá-lo, mas com equilíbrio e com bom senso.

Enquanto for presidente desta Casa e enquanto tiver o apoio da mesa Executiva e de meus companheiros, não vamos permitir, jamais, que alguém venha macular a imagem desta Casa. E não vamos permitir em momento algum que esta Casa se omita neste ou naquele fato. De maneira alguma ela se omitiu. Pelo contrário. Podemos pecar por ação, mas por omissão, jamais!

Fechamos a Assembléia, sim, da mesma maneira que andamos nas ruas com a cabeça erguida. Foi uma autorização da Mesa Executivas que fechássemos a Assembléia depois de uma semana conturbadíssima,

onde seus funcionários permaneceram aqui, até sábado de manhã. Passaram em claro e eu invoco o testemunho das taquígrafas, dos garçons, dos funcionários da limpeza, dos porteiros, da segurança, e até de muitos deputados, que ficaram aqui até o final da CPI e no dia seguinte.

Ora! Reconheço meus inúmeros defeitos, mas não coloco entre eles a hipocrisia e a covardia. Abrir as portas da Assembléia e fazer sessão no sábado, domingo, segunda, terça e quarta-feiras de carnaval seria uma hipocrisia muito grande.

Fechamos a Casa sim, ou alguém viria para fazer discurso na quinta-feira de manhã?

Demos um prêmio aos nossos funcionários mais uma vez e reabrimos. E não morreu ninguém por causa disso.

E vamos continuar agindo assim, com clareza e com transparência, porque foi esta a maneira pela qual iniciamos e vamos concluir o nosso mandato, ao final deste ano, com clareza e transparência. E vamos enfrentando de frente os problemas, sem covardia e sem hipocrisia.

Peço, portanto, aos senhores deputados, neste momento importante que vive a nossa Casa, cautela e muita calma, e acima de tudo, respeito, equilíbrio e bom senso, para que possamos mostrar, efetivamente, a que viemos.

#### O SR. EDGAR BUENO (Questão de Ordem)

Senhor presidente, pela segunda vez estou pedindo Questão de Ordem.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há, efetivamente, Questão de Ordem, mas como Vossa Excelência foi tão condescendente, hoje, retribuo a condescendência.

#### O SR. EDGAR BUENO

Agradeço a Vossa Excelência pela compreensão, mas preciso que se registre aqui, senhor presidente, que ninguém imaginou que nesta Casa teríamos sessão durante o período de Carnaval. Ninguém, jamais, aqui, realizou sessões nesse período, mas, é importante se registrar que aqui ficaram agendas de deputados, computadores, e-mails dos deputados, e que os deputados ficaram com as mãos amarradas, mesmo aqueles que não estavam aqui, e que os gabinetes de cada um pudessem ficar acessíveis, independente do feriado, dele ter sido cumprido. Mas, tivemos sexta, quarta, vários dias onde poderíamos trabalhar e infelizmente chegávamos a esta Casa e os portões estavam cerrados. Isto trouxe um prejuízo a alguns parlamentares que aqui deixaram até suas agendas.

Então, preciso esclarecer que se não havia sessão, se foi dispensada, foi uma decisão da Mesa e respeitamos, mas extrapolou-se quando fecharam as portas e mandaram os principais assessores dos nossos gabinetes, para casa!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência lamenta profundamente que os deputados tenham sido prejudicados no seu trabalho na quarta-feira, na quinta-feira, na sexta-feira, mas assume, e quando achar por bem, fecha as portas da Assembléia.

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 004/2000, subscrita pelo governador do Estado, constante do expediente, submetendo à aprovação dessa Casa, o nome do doutor Marco Antonio Teixeira, para ocupar o cargo de Procurador-Geral de Justiça. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Ofício nº 006/2000, subscrito pelo senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando à Mesa Executiva desta Casa de Leis, cópia do Processo de Homologação das Cotas de ICMS do ano de 1999, de acordo com o artigo 75, inciso 6º da Constituição Estadual. **À Comissão Executiva.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Beraldin, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do senhor deputado Beto Richa, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 163/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao senhor José Anunciação dos Santos. **Aprovado.**

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 410/99, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que cria Ciretran no município de Terra Rica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI N 410/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar no município de Terra Rica, a Ciretran, Circunscrição Regional de Trânsito.

Parágrafo Único - A Ciretran de Terra Rica terá área de abrangência os municípios de Terra Rica e Guairacá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.02.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
ANTONIO BARATTER - Relator

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 539/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar lote de terreno conforme específica. **Aprovado.**

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 557/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o governo do Estado a criar e instituir Programa de Avaliação Visual e Auditiva nas escolas públicas de 1º grau. **Aprovado.**

**ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 624/99, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rosário do Ivaí, com sede e foro no município de Rosário do Ivaí e foro no município de Grandes Rios. **Aprovado.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o governo do Estado do Paraná a criar a Ciretran de Paçandu e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. e S.P. COM EMENDA DA C.C.J..**

**CERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. e S.P. COM EMENDA DA C.C.J..**

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, com apoio dos senhores deputados Valdir Rossoni, Hidekazu Takayama, Duílio Genari e Cesar Seleme, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO  
PROJETO DE LEI Nº 354/99**

Suprimir do Projeto de Lei nº 354/99, de 23/06/99, que "Autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar a Ciretran de Paçandu e dá outras providências, o seguinte artigo:

"Art. 4º - As despesas decorrentes da implantação da Ciretran são as oriundas do Orçamento Geral do Estado."

Sala das Sessões, em 02.03.2.000

(a) RICARDO MAIA

Apoio:

Valdir Rossoni, Hidekazu Takayama, Duílio Genari e Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente emenda é adequar o Projeto de Lei nº 354/99, de minha autoria, às exigências legais.

O projeto volta à C.C.J..

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2000, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Fundação (RE) Fazenda, com sede e foro no município de Londrina.. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 003/2000, de autoria do deputado Tiago Amorim Novaes, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Barras do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Pré-Escolar Padre João Chiarot, com sede e foro no município de Cambará.. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 027/2000, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública o Conselho Particular Bandeirantes da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Bandeirantes.. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**



**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/2000, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Santa Helena para pessoas portadoras de deficiência - "ASHPPD", com sede e foro na cidade de Santa Helena. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 645/99, de autoria do deputado Tiago Amorim Novaes, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos de Deficientes Audio-Visuais de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 194, de 09.12.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 645/99

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Tiago Amorim Novaes, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Amigos de deficientes Audio-Visuais de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 29.02.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente em exercício  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 20/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tijucas do Sul, com sede no município de Tijucas do Sul e foro no município de São José dos Pinhais.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 003, de 17.02.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 020/2000

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tijucas do Sul, com sede no município de Tiju-

cas do Sul e foro no município de São José dos Pinhais.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 29.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Asilo de Velhos Lins de Vasconcelos, com sede e foro no município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 003, de 17.02.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 021/2000

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Asilo de Velhos Lins de Vasconcelos, com sede e foro no município de Paranavaí.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 29.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, requerimento nº 203, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. - **Em Discussão.**

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Para discutir, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 202, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo, Edgar Bueno, Waldyr Pugliesi e demais senhores deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

UM SR. deputado (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 183, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 197 e 198, de autoria do senhor deputado Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 200 e 209, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 201, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 204, de autoria dos senhores deputados Antonio Baratter e Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 208, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 218 e 219, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 14, à hora regimental com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 604, 618, 650 e 651/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 003 e 041/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 645/99; 020 e 021/2000.

Levanta-se a sessão.

## Ata da Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Nereu Moura, Moysés Leônidas, Cesar Seleme, Antonio Belinati, Carlos Simões e mais o deputado Orlando Pessuti. Havendo número legal o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 645/99, de autoria do deputado Tiago Amorim Novaes. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 009/99, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 002/2000, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 653/99, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 05) Proposição-Veto nº 006/2000 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 434/99 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Carlos Simões - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 025/2000 de autoria do deputado Tony Garcia e Augustinho Zucchi. CONCE-DIDO VISTAS ao deputado Orlando Pessuti. 07) Projeto de Lei nº 027/2000, de autoria do deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 020/2000 de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 021/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 10) Proposição-Veto de nº 023/2000, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 361/99, de autoria do deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 638/99 do deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 637/99 do deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura - APROVADO; 13) Proposição-Veto nº 025/2000, de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 490/99, de autoria do deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Nereu Moura - APROVADO; 14) Proposição-Veto nº 024/2000 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 614/99, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Nereu Moura - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 041/2000 de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti, na forma da emenda anexa - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 003/

2000, de autoria do deputado Tiago Amorim Novaes. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados

presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

Assinaturas ilegíveis